

**Estágio no Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios  
Estrangeiros - A Formação Diplomática como instrumento da Política  
Externa**

**Ana Rita Midões Figueiredo**

**Relatório  
de Estágio de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais -  
Especialização em Relações Internacionais**

**Outubro 2017**

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à  
obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais realizado  
sob a orientação científica da Professora Doutora Ana Santos Pinto e do Dr. Jorge  
Azevedo Correia

## **RELATÓRIO DE ESTÁGIO**

### **Estágio no Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros - A Formação Diplomática como Instrumento da Política Externa**

**Ana Rita Midões Figueiredo**

## **RESUMO**

**PALAVRAS-CHAVE:** Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), Instituto Diplomático (IDI), Formação Diplomática, Política Externa, Diplomacia Pública, Programa Diplomático Europeu, Programa de Estágios Curriculares do Ministério dos Negócios Estrangeiros (PECMNE),

Com este relatório pretende-se abordar a formação diplomática como um instrumento da Política Externa incidindo em dois casos específicos: Programa de Estágios Curriculares do Ministério dos Negócios Estrangeiros e no apoio ao Programa Diplomático Europeu. Num mundo em constante mudança, tanto os seus actores, como a própria diplomacia, têm vindo a sofrer alterações na sua essência, de forma a harmonizar-se com os objetivos da Política Externa dos países, que por sua vez tentam acompanhar as transformações no sistema internacional. Desta forma, depois de se perceber as eventualidades que originaram essas alterações e de que forma estas ocorreram, dois casos, nomeadamente o europeu e o português, são analisados para assim se perceber a correlação entre a preparação dos diplomatas e os propósitos da Política Externa. No primeiro caso, deparamo-nos com um actor não estatal mas que ao longo dos anos se tem tornado num grande actor internacional. A União Europeia é uma união política e económica de vários estados e que necessita de um corpo diplomático que a represente. Dado que esta é representada também por diplomatas dos seus estados-membros, serão abordados neste relatório os tipos de formação existentes para que estes adquiram um conhecimento aprofundado sobre a UE. No segundo caso serão abordados os objetivos da Política Externa Portuguesa e em como estes se foram alterando consoante as eventualidades que ocorreram dentro e fora do país, bem como uma explicação da progressão da carreira diplomática em Portugal. A este segue-se uma abordagem diferente da diplomacia. Se até aqui se aborda a diplomacia e a formação dos seus actores para o engajamento entre actores internacionais, aqui é abordado o conceito de Diplomacia Pública, articulado com exemplos desta prática em Portugal e que se traduz num engajamento entre o Estado e a sua população e que acaba por ser uma introdução para aqueles que pretendem seguir a carreira diplomática. Importa referir que este relatório foi realizado no âmbito de um estágio no Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiro, os quais serão descritos no segundo capítulo, e

que tem por base as actividades aí realizadas que serão correlacionadas com o que foi anteriormente abordado.

## **Internship Report**

### **Intership at the Diplomatic Institute of the Ministry of Foreign Affairs - Diplomatic Training as an Instrument of Foreign Policy**

**Ana Rita Midões Figueiredo**

## **RESUMO**

**KEYWORDS:** Ministry of Foreign Affairs, Diplomatic Institute, Diplomatic Training, Foreign Policy, Public Diplomacy, European Diplomatic Program, Curriculum Internship Program of the Ministry of Foreign Affairs

## **ABSTRACT**

This report aims an approach to diplomatic training as an instrument of foreign policy focusing on two specific cases: Curriculum Internship Program of the Ministry of Foreign Affairs and support to the European Diplomatic Program. In a constantly changing world, both its actors and diplomacy itself have undergone changes in their essence in order to harmonize with the objectives of the countries' Foreign Policy, which try to keep pace with changes in the international system. Therefore, after analysing the eventualities that gave rise to these changes and how they occurred, two cases, namely the European and the Portuguese ones, are analysed to perceive the correlation between the preparation of the diplomats and the purposes of the Foreign Policy. In the first case, we come across with a non-state actor, which over the years has become a major international actor. The European Union is a political and economic union of several states and needs representation from a diplomatic corp. And, as it is also represented by diplomats from its Member States, this report will cover the types of training available so that they can acquire a thorough knowledge of the EU. In the second case, the objectives of the Portuguese Foreign Policy will be discussed more specifically how they have been modified according to the eventualities that occurred inside and outside the country, as well as an explanation of the progression of the diplomatic career in Portugal. To this, follows a different approach to diplomacy. If up to this point, the diplomacy and the training of its actors for engagement among international actors was addressed here, the concept of Public Diplomacy is now discussed, articulated with examples of this practice in Portugal and which translates into an engagement between the State and its population, which turns out to be an introduction for those who intend to pursue a diplomatic career. It should be noted that this report was carried out as part of an internship at the Diplomatic Institute of the Ministry of Foreign Affairs, which will be described in the second chapter, and the activities carried out there will be correlated with what was previously discussed.



## ÍNDICE

Introdução .....	8
Capítulo I: A Formação Diplomática como Instrumento da Política Externa. ....	10
I. 1. Caso Europeu .....	13
I. 2. Caso Português .....	16
I. 3. Diplomacia Pública .....	19
Capítulo II: Ministério dos Negócios Estrangeiros .....	23
II. 1. Instituto Diplomático .....	28
Capítulo III: Atividades desenvolvidas durante o Estágio .....	33
III. 1. Organização e apoio ao PECMNE .....	33
III. 2. Apoio no Programa Diplomático Europeu. ....	37
Capítulo IV: Conclusões e Recomendações .....	42
Referências Bibliográficas .....	44
Anexos .....	49
Anexo 1 - Plano de Estágio .....	49
Anexo 2: Plano do Programa Diplomático Europeu, em Portugal .....	50

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CECA - Comunidade do Carvão e do Aço  
CEE - Comunidade Económica Europeia  
COADM - Conselho Administrativo e Protocolo  
CPLP - Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa  
DAJ - Departamento de Assuntos Jurídicos  
DGACCP - Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas  
DGAE - Direção-Geral de Assuntos Europeus  
DGPE - Direção-Geral de Política Externa  
EMSA - Agência Europeia de Segurança Marítima  
IDI - Instituto Diplomático  
MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros  
NATO - Organização do Tratado Atlântico Norte  
PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa  
PDE/EDP - Programa Diplomático Europeu  
PECMNE - Programa de Estágios Curriculares do Ministério dos Negócios Estrangeiros  
PEPAC-MNE - Programa de Estágios Profissionais para os Serviços Periféricos Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros  
PESC - Política Externa e de Segurança Comum  
RELEX - Grupo de Conselheiros das Relações Externas  
RTP - Rádio e Televisão Portuguesa  
TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação



# INTRODUÇÃO

O gosto em conhecer novas culturas e a possibilidade de poder trabalhar nas relações de Portugal com outros países fez com que, numa segunda fase do meu percurso académico, seguisse o caminho das Relações Internacionais. Desta forma, tive a oportunidade de realizar um estágio curricular, do qual resulta este relatório, na instituição que melhor me poderia ensinar sobre o tema: o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Assim sendo, este estágio decorreu, num período de seis meses, mais especificamente de 24 de Outubro de 2016 a 24 de Abril de 2017, no Instituto Diplomático, departamento que, na estrutura orgânica do Ministério, se insere na Secretaria-Geral.

Posto isto, o Instituto Diplomático tem a função de proporcionar uma formação de alto nível do pessoal do quadro do Ministério dos Negócios Estrangeiros, manter a Biblioteca e o Arquivo Histórico Diplomático e providenciar a elaboração de estudos de análise estratégica significativos para a política externa portuguesa.<sup>1</sup> Tendo as actividades realizadas durante o estágio incidido, essencialmente, no apoio e organização do Programa de Estágios Curriculares do Ministério dos Negócios Estrangeiros e no apoio ao Programa Diplomático Europeu, o presente relatório refletirá sobre a Formação Diplomática como Instrumento da Política Externa.

Os diplomatas têm a função de levar a cabo a concretização de um conjunto de objetivos políticos, que se traduzem na política externa do seu país, de modo a desenvolverem relações com os restantes países do mundo. Todavia ao longo dos anos verificaram-se várias situações que se traduziram na variação destes objetivos na cena internacional. Estas alterações levaram, por sua vez, à evolução da formação recebida pelos diplomatas bem como dos requisitos exigidos àqueles que aspiravam a carreira diplomática de forma a que esta formação se equiparasse às questões que se manifestavam, isto é, era necessário que os diplomatas tivessem a formação necessária de forma a responder a estas alterações. Assim sendo, pretende-se com este relatório perceber de que forma a formação diplomática evoluiu ao longo do tempo, tendo em

---

<sup>1</sup> O Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros - IDI, Disponível em: <https://idi.mne.pt/pt/o-instituto.html>, consultado em 16 de Junho de 2017

conta os objetivos políticos de dois casos específicos, nomeadamente, o caso europeu e o caso português, bem como a formação prestada para atingir os mesmos.

Desta forma, o presente relatório introduz-se com um capítulo dedicado à formação diplomática. Este, inicia-se com uma contextualização a nível mundial, seguindo-se do exemplo europeu e depois o português. Insere-se ainda a contextualização do conceito de Diplomacia Pública, que se procurará aplicar ao caso do Programa de Estágios Curriculares do Ministérios dos Negócios Estrangeiros (PECMNE).

No segundo capítulo irá apresentar-se a instituição onde se realizou o estágio nomeadamente o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em que se irá explicar a sua estrutura orgânica e as respetivas funções dos serviços. Ainda neste capítulo, irá destacar-se o Instituto Diplomático, como departamento onde decorreu o estágio, e onde se irá igualmente especificar as suas funções bem como as dos serviços que deste fazem parte.

No capítulo seguinte, o terceiro, irá descrever-se as actividades realizadas durante o estágio, especificamente, o apoio à organização do Programa de Estágios Curriculares do Ministério dos Negócios Estrangeiros bem como o apoio à receção de três diplomatas estrangeiros no contexto do Programa Diplomático Europeu. Ir-se-á, portanto, proceder à apresentação de cada programa, seguindo-se da descrição das actividades realizadas e terminando-se com a correlação deste com a formação diplomática e o seu papel na política externa portuguesa.

No último e quarto capítulo, irá refletir-se a correlação entre a formação diplomática e as actividades realizadas durante o estágio por meio de conclusões e recomendações que sejam relevantes.

## A FORMAÇÃO DIPLOMÁTICA COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA EXTERNA

No palco internacional, todos os Estados têm o direito de se preservar a si próprios através da elaboração de uma estratégia, a fim de defenderem os seus interesses e consequentemente concretizarem as suas relações diplomáticas com os outros países. Para tal, os Estados interagem, reagem e actuam através da sua Política Externa e usam a Diplomacia como um instrumento para o estabelecimento e desenvolvimento das suas relações com os outros Estados e actores. Todavia, a prestação de um país na cena internacional bem como a defesa dos seus interesses, está dependente da "*qualidade, da preparação, da capacidade de negociação e determinação dos seus diplomatas*"<sup>2</sup>. Estes têm a função de representar o seu Estado perante o Estado acreditador; proteger os interesses do seu país e dos seus nacionais no Estado recetor; negociar com o Estado acreditador; verificar, de forma licita, e informar o Governo do Estado acreditante das condições e desenvolvimentos, nos mais variados sectores, do Estado para o qual foi acreditado e por último estimular relações amistosas entre o Estado acreditante e o Estado acreditador, bem como relações económicas, culturais e científicas.<sup>3</sup> Consequentemente, o reconhecimento dos diplomatas como actores da diplomacia, torna a formação destes muito importante e tem vindo a mudar com rapidez e em profundidade um pouco por toda a parte.<sup>4</sup>

Esta mudança é consequência das realidades oscilantes que ocorreram na cena internacional. Quer isto dizer que com as "*enormes reorganizações de fundo que se seguiram umas às outras na ordem internacional, muito se mudou no plano das estruturas das conjunturas que se foram sucedendo*".<sup>5</sup> Foram sobretudo os numerosos eventos que decorreram no século XX que mais induziram a estas alterações e desenvolvimentos em torno da diplomacia e dos seus actores, uma vez que, estas eventualidades provocaram grandes alterações na conjuntura internacional. Destacam-se

---

<sup>2</sup> Sousa, Fernando de, Pedro Mendes, Dicionário de Relações Internacionais, 3ª edição, Porto : Afrontamento, 2014, pág 190

<sup>3</sup> Vienna Convention on Diplomatic Relations , 1961, Disponível em: [http://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/9\\_1\\_1961.pdf](http://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/9_1_1961.pdf), consultada em: 21 de Outubro de 2017

<sup>4</sup> Guedes, Armando Marques e Nuno Cana Mendes, "Os Institutos Diplomáticos e a Formação de Diplomatas", Revista Negócios Estrangeiros, 9.1, Março, 2006, pág.63

<sup>5</sup> Idem, pág.64

a Primeira e a Segunda Guerras Mundias que pela sua natureza, ocasionaram um foco temático militar, como o desarmamento e um maior controlo das armas nucleares. O final da II da Segunda Guerra Mundial ficou marcado pelo uso de bombas atómicas por parte dos Estados Unidos contra o Japão, iniciando assim a era nuclear, dividindo o sistema internacional em Estados nucleares e não nucleares. Por outro lado, o final da Segunda Guerra Mundial deu origem ao enfraquecimento de alguns estados colonizadores, tendo-se iniciado um movimento de descolonização que originou novos estados soberanos com os quais os já existentes teriam de se relacionar.<sup>6</sup> Ainda, acontecimentos como a Grande Depressão terão revertido as atenções para um foco mais económico<sup>7</sup> e identicamente a Guerra Fria ocasionou grandes alterações, originando o "nascimento" de um número significativo de estados<sup>8</sup> o que "levou a uma maior complexidade do sistema internacional",<sup>9</sup> bem como ao aumento da actividade internacional e dos organismos internacionais com os quais os estados têm de lidar. Todavia o fenómeno que ocasionou mais alterações, foi a globalização. Esta é destacada por originar uma crescente interdependência da sociedade internacional<sup>10</sup>, a nível económico, social, cultural e político, bem como o contacto entre os povos do mundo e o nascimento de vários actores internacionais.<sup>11</sup> A estes conteúdos podemos ainda acrescentar os avanços que se verificaram nas tecnologias da informação e da comunicação (TIC), e que vieram alterar a velocidade da informação e a forma como nos relacionamos. Desta forma, na actualidade, os diplomatas devem apresentar uma base sólida e generalista, mas ao mesmo tempo têm que se especializar, considerando a complexidade dos temas internacionais. Um exemplo desta complexidade é retratado numa situação em que os diplomatas têm de defender o interesse do seu país ao mesmo tempo em que participam na formulação da posição de uma organização internacional. Por exemplo, ao nível europeu, os diplomatas cooperam na formulação das políticas

---

<sup>6</sup> "The End Game: the consequences of World WarII" Disponível em:

<https://civitaspolitics.org/2010/01/06/the-end-game-the-consequences-of-world-war-ii/>, consultado em 20 de Outubro de 2017

<sup>7</sup> Langhorne, Richard, *Diplomacy & Statecraft*, "Current Developments in Diplomacy: Who are the Diplomats now?", Routledge Taylor & Francis Group, October, 2007, pág 2

<sup>8</sup> Guedes, Armando Marques e Nuno Cana Mendes, "Os Institutos Diplomáticos e a Formação de Diplomatas", *Revista Negócios Estrangeiros*, 9.1, Março, 2006, pág.78

<sup>9</sup> Idem, pág 77

<sup>10</sup> "Globalization & International Relations" Disponível em:

<http://www.diplomatmagazine.nl/2013/09/28/globalization-international-relations/> consultado em: 18 de Outubro de 2017

<sup>11</sup> "Globalization, interdependency and public diplomacy" Disponível em:

[http://uscpublicdiplomacy.org/pdin\\_monitor\\_article/globalization-interdependency-and-public-diplomacy](http://uscpublicdiplomacy.org/pdin_monitor_article/globalization-interdependency-and-public-diplomacy), consultado em 18 de Outubro de 2017

comunitárias enquanto ainda defendem os interesses nacionais dos seus estados<sup>12</sup>, como se irá entender ao longo deste capítulo.

Assim sendo, considera-se que as alterações que se sucederam ao longo dos anos originaram uma evolução quanto aos temas nos quais os diplomatas se teriam de empenhar, na forma como a sua formação era realizada e a quem era permitido desempenhar este papel, tendo em conta as suas necessidades. Observou-se uma alteração na diplomacia através da ampliação do seu enfoque sobretudo de dimensões de ideologia política e militar, para uma dimensão mais variada à qual se acresce uma dimensão económica e de negócios. Simultaneamente às alterações que se verificaram no foco da Diplomacia, também o diplomata, isto é, quem estaria vocacionado para exercer esta função, sofreu alterações. Se antes, para se ser um diplomata, os aspetos determinantes seriam a sua família e o seu *status* social juntamente com a experiência militar<sup>13</sup>, hoje é alguém mais globalizante, uma vez que "*a única maneira de conduzir com sucesso a diplomacia é o ajuste ao novo jogo*".<sup>14</sup> Importa referir que apesar de as metodologias da diplomacia terem evoluído, a sua natureza continua a mesma, isto é, a diplomacia continua a incidir na construção e preservação das relações entre os Estados e entre estes e outros atores do sistema internacional.<sup>15</sup>

Assim sendo, neste capítulo irá tratar-se da formação diplomática em dois casos distintos. O primeiro refletirá no caso europeu onde a missão dos diplomatas europeus não assenta na representação soberana de um Estado mas sim na representação de uma união de estados e dos seus objetivos conjuntos, onde se irá perceber a formação dada sobre as matérias da União Europeia a diferentes indivíduos, os quais vivenciam ideias e objetivos diferentes tendo em conta as intenções dos seus países. O segundo caso, irá retratar o exemplo português, sendo este um caso específico onde se irá perceber os pontos fulcrais da política externa portuguesa e de como estes se inserem na formação diplomática.

---

<sup>12</sup> "Globalization & International Relations", Disponível em: <http://www.diplomatmagazine.nl/2013/09/28/globalization-international-relations/> consultado em: 18 de Outubro de 2017

<sup>13</sup> Guedes, Armando Marques e Nuno Cana Mendes, "Os Institutos Diplomáticos e a Formação de Diplomatas", Revista Negócios Estrangeiros, 9.1, Março, 2006, pág 73 e Trunkos, Judit, Institute of Cultural Diplomacy's International Conference, "Changing Diplomacy Demands New Type of Diplomats", University of South Carolina, January, 2011, pág 1

<sup>14</sup> Trunkos, Judit, Institute of Cultural Diplomacy's International Conference, "Changing Diplomacy Demands New Type of Diplomats", University of South Carolina, January, 2011, pág 1

<sup>15</sup> "Has Globalization changed the Nature of Diplomacy?", disponível em: <https://www.vhi.st-edmunds.cam.ac.uk/resources-folder/campbell-2015>, pág 5, consultado em 21 de Outubro de 2017

Finalmente, assim como a diplomacia em si tem sofrido alterações e evoluído ao longo do tempo, também novos conceitos que derivam de si têm aparecido. Desta forma, irá tratar-se no final do capítulo o conceito de Diplomacia Pública, que se considera importante para perceber o papel de um dos objetos do estágio nomeadamente, o PECMNE, no incentivo a potenciais diplomatas e consequentemente à sua formação.

## **Caso europeu**

Visando a integração política e económica dos países que dela fazem parte, a União Europeia constitui-se nos dias de hoje como um grande actor internacional, dotada de uma personalidade jurídica, pelo Tratado de Lisboa, no (artigo nº47 do Tratado da União Europeia).<sup>16</sup> A comunidade que se conhece hoje foi precedida por várias ideias e outras comunidades antes de se constituir em 1992, com o Tratado de Maastricht, como União Europeia. Começou com 6 países fundadores nomeadamente a França, a Itália, a Alemanha, a Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo que constituíram a Comunidade do Carvão e do Aço (CECA), a Euratom e a Comunidade Económica Europeia (CEE). Porém, hoje em dia, a União Europeia é constituída por 28 Estados-Membros e está representada em quase duas dezenas de organizações internacionais comprovando, assim, o seu destaque na cena internacional, e a necessidade de que disponha de um corpo que a represente, nomeadamente de um corpo diplomático. Desta forma, em 2009 com o Tratado de Lisboa constituiu-se o Serviço Europeu de Ação Externa com a função de regular as relações diplomáticas da União Europeia com os países que a ela não pertencem bem como a orientação da sua política externa e de segurança. Este serviço encontra-se sob a autoridade do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança que é representado, hoje em dia, por Frederica Mogherini.<sup>17</sup>

Todavia, para se chegar a esta resolução, foram vários os desenvolvimentos que ocorreram ao longo dos anos, com ou sem sucesso, e que consequentemente originaram diversas alterações que transformaram a Comunidade.

---

<sup>16</sup> "Personalidade jurídica da União", Disponível em: [http://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/union\\_legal\\_personality.html?locale=pt](http://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/union_legal_personality.html?locale=pt), 1 de Junho de 2017

<sup>17</sup> "High Representative/ Vice President", Disponível em: [https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/3598/high-representativevice-president\\_en](https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/3598/high-representativevice-president_en), consultado em 5 de Julho de 2017

Assim sendo, em 1950, discutia-se o Plano Pléven que poderia dar origem a uma Comunidade Europeia de Defesa em 1952, e que previa a "*criação de um exército europeu integrado sob um comando comum*"<sup>18</sup>, contudo, não terá ido para a frente devido à contestação da França e terá terminado, dois anos depois, em 1954. No início dos anos 60 novos planos que visavam a união de Estados sob uma política externa e de defesa comum, foram propostos, nomeadamente através dos Planos Fouchet, porém, na impossibilidade de se chegar a um acordo estes foram interrompidos em 1962. Por fim, na esperança de se progredir a nível político, a pedido dos Chefes de Estado e de Governo, foi pedido o "Relatório Davignon" que estará na génese da Cooperação Política Europeia<sup>19</sup>, uma "*actividade de concertação político-diplomática de cariz intergovernamental e informal que visava, à época, a adopção, por consenso, de compromissos conjuntos de actuação em certas questões de política internacional*"<sup>20</sup> e que foi institucionalizada com o Acto Único Europeu em 1986. Todavia, em 1993, com o Tratado da União Europeia, foi introduzida a Política Externa e de Segurança Comum que veio substituir a Cooperação Política Europeia, e que previa um aumento do nível de cooperação e coordenação da política externa entre os Estados-Membros.<sup>21</sup>

Em 1994, dada a crescente complexidade das relações externas da União Europeia, a Comissão propôs o estabelecimento de um serviço externo unificado e a sua profissionalização, manifestando-se uma necessidade de formação firme dos seus funcionários.<sup>22</sup> Isto é, em conformidade com os desenvolvimentos dos conteúdos que a União Europeia dominava, o nível de conhecimento requerido aos seus funcionários bem como aos dos Estados-Membros tornou-se complexo.<sup>23</sup> Exigia-se assim um corpo formado em assuntos europeus, pelo que os diplomatas deveriam estar cada vez mais preparados para promover os interesses comuns da União Europeia e deveriam ter um conhecimento mais profundo sobre a União, a sua essência e interesses.<sup>24</sup>

Posto isto, até ao estabelecimento do Serviço Europeu de Ação Externa, anteriormente referido, existiram formações, algumas ainda continuam activas, fornecidas pela Comissão Europeia e que diziam respeito sobretudo a competências

---

<sup>18</sup> "A política externa e de segurança comum", Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV%3Aa19000>, consultado em 20 de Junho 2017

<sup>19</sup> Ibidem

<sup>20</sup> Pereira, Manuel Fernandes, "Política Externa Portuguesa e Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia" *Revista Negócios Estrangeiros*, 9.1, Março, 2006, pág.134

<sup>21</sup> Duke, Simon W., *JCMS* 2002, "Preparing For European Diplomacy?", Volume 4, number 5, pág 851

<sup>22</sup> Ibidem, pág 860

<sup>23</sup> Ibidem, pág 852

<sup>24</sup> Ibidem, pág 853

técnicas e administrativas. Estas formações manifestaram-se através de cursos executivos para a Direção-Geral das Relações Externas, denominada DG-Relex, que seria uma Direção-Geral da Comissão Europeia, e para os restantes funcionários do grupo de conselheiros para as relações externas (RELEX) através do programa "Train4diplo", o qual se concentrava nas competências diplomáticas e em questões temáticas e geográficas.<sup>25</sup> Estes seriam cursos de formação interna para os funcionários da sede e do serviço externo. Contudo, apesar de estes se dirigirem apenas aos funcionários das instituições europeias, outras formas de formação conjunta, incluindo também os diplomatas dos Estados-Membros, membros da Comissão e do Conselho, foram realizadas. São estes, programas que permitem o intercâmbio diplomático e a formação no trabalho, isto é, o intercâmbio de funcionários através do Diplomatic Exchange and Secondment Programme, bem como o Programa Diplomático Europeu, que se realiza todos os anos com a duração de seis a oito meses e que junta jovens diplomatas dos Estados-Membros bem como funcionários das instituições europeias com o objectivo de se criar um senso comum do propósito europeu na ação externa.<sup>26</sup>

Não obstante, como foi referido anteriormente, em 2009, com o Tratado de Lisboa resultou a criação do Serviço Europeu de Ação Externa, sob autoridade do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, com o objetivo de promover relações pacíficas, destacar o papel da União Europeia no mundo, estabilizar a sua vizinhança e contribuir para uma prosperidade e um desenvolvimento sustentável.<sup>27</sup> Este serviço localiza-se em Bruxelas, mas conta com 139 delegações espalhadas pelo mundo e agrega funcionários europeus, diplomatas dos Estados-Membros e funcionários locais de vários países do mundo.<sup>28</sup> Todavia, segundo Cathleen Berger, Marcel Humuza e Sara Janssens, atualmente, as formações de classe europeia estão fragmentadas pelo que não houve desenvolvimentos de programas comuns mas apenas o estabelecimento de diferentes esquemas e actores com diferentes necessidades e *backgrounds*.<sup>29</sup>

---

<sup>25</sup> Berger, Cathleen, Marcel Humuza e Sara Janssens, "Training in the EEAS: How to Live Up to the Potentials of the Lisbon Treaty" Working Paper FG 1, 2013/02, July 2013, SWP Berlin pág 15

<sup>26</sup> Ibidem

<sup>27</sup> Ibidem, pág 6

<sup>28</sup> "What we do", disponível em: [https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/2725/what-we-do\\_en](https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/2725/what-we-do_en), consultado em 5 de Julho de 2017, e "Who we are" Disponível em: [https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/3601/who-we-are\\_en](https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/3601/who-we-are_en), consultado em 5 de Julho de 2017

<sup>29</sup> Berger, Cathleen, Marcel Humuza e Sara Janssens, "Training in the EEAS: How to Live Up to the Potentials of the Lisbon Treaty, Working Paper FG 1, 2013/02, July 2013, SWP Berlin, pág 15



Desta forma, segundo os mesmos autores a formação que hoje é ministrada no seio do Serviço Europeu de Ação Externa, tem por base as formações anteriormente referidas e está alicerçada a formações específicas acerca de matérias características, principalmente para os chefes de delegação que vão para posto pela primeira vez e, apesar de não ser obrigatório, um curso de introdução para os funcionários recém-chegados. Por fim, existem ainda outras formas de formação dentro da política externa e de segurança, nomeadamente, a Escola Europeia de Segurança e Defesa, uma escola virtual que se foca manifestamente em matérias de segurança e defesa; ENTRi que se traduz em "Europe New Training Initiative", e que corresponde a uma "Nova Iniciativa de Formação da Europa", que utiliza uma rede de actores e organizações de formação e visa fortalecer as capacidades civis na resposta à crise da União Europeia; por fim, uma Escola de Polícia Europeia que disponibiliza uma formação comum para os polícias da União Europeia e outros funcionários do mesmo cenário.<sup>30</sup>

Em suma, apesar da existência destas formações, estas parecem não ser suficientes para a formação plena dos diplomatas, pelo que paira a questão de qual será melhor a abordagem para uma boa preparação dos diplomatas que representam a União Europeia, se uma academia ou estes programas de formação.

## **Caso Português**

Como foi referido anteriormente, a Diplomacia e os seus motes sofreram uma evolução e uma alteração em consequência dos acontecimentos internacionais bem como nacionais, pelo que Portugal não foi excepção. Depois de viver durante muitos anos "orgulhosamente só"<sup>31</sup>, foi a partir do final do Estado Novo que Portugal, nomeadamente depois da revolução do 25 de Abril de 1974, deixou de se virar apenas para o Atlântico e para o seu império colonial, o qual terá perdido aquando desta revolução, e terá apostado na Europa. Todavia, nem sempre foi assim. De forma sintética, Portugal é uma potência pequena, semiperiférica e apenas com uma fronteira terrestre. Tendo em conta estas condicionantes geográficas e políticas, se juntarmos as

---

<sup>30</sup> Ibidem, pág 16

<sup>31</sup> Expressão usada por António de Oliveira Salazar durante o seu discurso no ano de 1965 e com a qual pretendia sublinhar o isolamento de Portugal.

suas características históricas, Portugal foi obrigado a definir opções estratégicas ao longo dos anos, revezando entre a alternativa terrestre e a alternativa marítima.<sup>32</sup>

Posto isto, Nuno Severiano Teixeira expõe três padrões relativos à posição de Portugal na cena internacional. O primeiro, diz-nos, terá sido durante a época medieval até ao século XV que se desenvolveu no enquadramento da Península-Ibérica. Todavia, a partir do século XV, inicia-se o segundo padrão, que vai ter a duração de cinco séculos, isto é, irá durar até à revolução de 25 de Abril, no ano de 1974, e assegurava-se "*na afirmação de um Portugal Atlântico e Colonial*"<sup>33</sup>, considerando-se estas zonas geográficas como um prestígio, oportunidade económica e de obtenção de matérias-primas. Apesar de apenas participar nos projetos europeus de cooperação económica e recusar qualquer integração política, é apenas com o processo de democratização e o processo de descolonização, depois de 1974, e início do terceiro padrão de Teixeira, que Portugal irá proceder à alteração da sua política externa, na qual irá incluir a Europa como parte essencial desta. A partir desta altura Portugal vai manifestar a sua "*condição de país ocidental*" na sua essência de país europeu e atlântico. "*Se à opção Europeia e ao vector Atlântico acrescentarmos o estabelecimento de relações de amizade e cooperação com os novos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e o renovar das relações com o Brasil, encontraremos aquelas que são as linhas, fundamentais, de orientação estratégica da política externa da democracia*", que se verificam até aos dias de hoje.<sup>34</sup>

Desta forma, podemos observar no programa do governo actual que Portugal deve priorizar nas suas relações externas a sua participação em organizações e fóruns bilaterais e multilaterais em espaços considerados prioritários devido à sua identidade nacional, que sendo esta europeia, lusófona, ibero-americana e atlântica, serão estes a União Europeia, a CPLP, os fóruns de diálogo ibérico e ibérico-americanos e a NATO, não descrendo, desta forma, outros espaços geográficos potencialmente interessantes.<sup>35</sup>

Posto isto, serão os interesses anteriormente referidos que irão guiar os diplomatas portugueses na concretização da sua formação e da sua missão enquanto

---

<sup>32</sup> Teixeira, Nuno Severiano "Breve ensaio sobre a política externa portuguesa", Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992010000400004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992010000400004&lng=pt&nrm=iso), consultado em 1 de Junho de 2017

<sup>33</sup> Ibidem

<sup>34</sup> Ibidem

<sup>35</sup> Portal do Governo, "Programa do XXI Governo Constitucional 2015-2019", Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/18268168/programa-do-xxi-governo.pdf>, pág 247, consultado em 1 de Junho de 2017

representantes de Portugal. As formações diplomáticas bem como a oportunidade de ingressar na carreira diplomática diferem de país para país. Em Portugal, os diplomatas constituem "*um corpo único e especial*" que estão dependentes de "*regras específicas de ingresso, progressão e promoção na respetiva carreira*".<sup>36</sup> Assim sendo os diplomatas iniciam a sua carreira como Adidos de Embaixada, que depois progridem para Secretário de Embaixada e consequentemente para Conselheiro de Embaixada. Depois destes, evolui-se para Ministro Plenipotenciário e finalmente para Embaixador.<sup>37</sup> O ingresso na carreira é realizado através de provas públicas. Após aprovação, os candidatos selecionados são então considerados Adidos de Embaixada, por período de dois anos, e devem frequentar obrigatoriamente um curso de formação diplomática que pode ser complementada com a realização de um estágio nas missões diplomáticas, representações permanentes ou postos consulares.<sup>38</sup> O avanço na carreira desenrola-se dentro de cada categoria anteriormente referida, à exceção da primeira, a de Adido de Embaixada, pela transição ao escalão imediato após a estada, por um período de três anos de serviço efetivo no escalão anterior.<sup>39</sup>

Observa-se, ainda, no programa do actual governo que Portugal deve cooperar sobretudo com os países e regiões do mundo com os quais tem vínculos históricos, "*seja na forma de cooperação para o desenvolvimento com políticas de capacitação institucional, educação, governação e segurança, seja na forma de ajuda humanitária e de emergência, seja na forma de programas de cooperação técnico-militar.*"<sup>40</sup> Como exemplo disso temos os cursos de Formação Diplomática orientados pelo Instituto Diplomático que visam a cooperação no campo da formação diplomática e da permuta

---

<sup>36</sup> Diário da República electrónico, "Decreto-lei nº 40-A/98 de 27 de fevereiro, Capítulo I, Artigo 2º", disponível em: [https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/107065786/201706152316/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?\\_LegislacaoConsolidada\\_WAR\\_drefrontofficeportlet\\_rp=indice](https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/107065786/201706152316/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_LegislacaoConsolidada_WAR_drefrontofficeportlet_rp=indice), consultado em 1 de Junho de 2017

<sup>37</sup> Diário da República electrónico, "Decreto-lei nº 40-A/98 de 27 de fevereiro, Capítulo I, Artigo 3º", disponível em: [https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/107065786/201706152316/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?\\_LegislacaoConsolidada\\_WAR\\_drefrontofficeportlet\\_rp=indice](https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/107065786/201706152316/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_LegislacaoConsolidada_WAR_drefrontofficeportlet_rp=indice), consultado em 1 de Junho de 2017

<sup>38</sup> Diário da República electrónico, "Decreto-lei nº 40-A/98 de 27 de fevereiro, Capítulo II, Secção II, Artigo 12º", disponível em: [https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/107065786/201706152316/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?\\_LegislacaoConsolidada\\_WAR\\_drefrontofficeportlet\\_rp=indice](https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/107065786/201706152316/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_LegislacaoConsolidada_WAR_drefrontofficeportlet_rp=indice), consultado em 1 de Junho de 2017

<sup>39</sup> "Decreto-lei nº 40-A/98 de 27 de fevereiro, Capítulo II, Secção III, Artigo 15º", disponível em: [https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/107065786/201706152316/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?\\_LegislacaoConsolidada\\_WAR\\_drefrontofficeportlet\\_rp=indice](https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/107065786/201706152316/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_LegislacaoConsolidada_WAR_drefrontofficeportlet_rp=indice), consultado em 1 de Junho de 2017

<sup>40</sup> Portal do Governo, "Programa do XXI Governo Constitucional 2015-2019", Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/18268168/programa-do-xxi-governo.pdf>, pág 248, consultado em 1 de Junho de 2017

da informação e documentação, na área das Relações Internacionais, com outros países. Tendo em conta as prioridades da política externa portuguesa, pode-se destacar o facto de o Estado Português ter um acordo, que foi anteriormente referido, com todos os países que fazem parte da CPLP à exceção da Guiné-Bissau.<sup>41</sup>

Importa ainda destacar que no âmbito do Programa Diplomático Europeu anteriormente referido, no ano de 2007, o facto de Portugal dispôr da Presidência no âmbito da União Europeia, concedeu-lhe a oportunidade de acolher o primeiro módulo deste programa que resultou na vinda de inúmeros jovens diplomatas dos países dos Estados-Membros e funcionários das instituições da União Europeia.

## **Conceito de Diplomacia Pública**

Em suma, como foi possível apurar anteriormente, a Diplomacia em si tem sofrido algumas alterações, como por exemplo em relação aos temas prioritários e às características exigidas aos diplomatas. A estas podemos acrescentar o ambiente em que esta ocorre com o aparecimento de novos conceitos ligados à Diplomacia. No mundo hodierno, a Diplomacia não ocorre apenas entre os governos dos Estados mas também entre o governo e a sociedade através de variadas interações.<sup>42</sup> Portanto, como se verificou anteriormente os Estados usam a Diplomacia como um instrumento da sua política externa de forma a se envolverem com outros Estados a fim de concretizarem os seus interesses e de estabelecerem e desenvolverem as suas relações com outras nações ou organizações não governamentais. Todavia, existe um conceito que tem ganho muita atenção no âmbito das relações internacionais, pela comunicação em massa e pelos cientistas políticos<sup>43</sup> e que promove o engajamento dos governos das nações com os cidadãos em vez de um engajamento entre os governos.<sup>44</sup> Este é um conceito sem uma definição específica e que se vem transformando ao longo dos anos tendo em conta os acontecimentos e as consequentes alterações ocasionadas por estes na cena internacional

---

<sup>41</sup> "Protocolos com entidades internacionais", Disponível em: <https://idi.mne.pt/pt/protocolos/protocolos-internacionais.html>, consultado em 1 de Junho de 2017

<sup>42</sup> Tyler, Melissa Conley, Abbas Abbasov, Nina Gibson, Fiona Teo, "Domestic Public Diplomacy: Discussion Paper: International Experience", Australian Institute of International Affairs, Abril 2012, pág 4

<sup>43</sup> Golan, Guy J. "An integrated Approach to Public Diplomacy" pág 1251

<sup>44</sup> Ibidem.

que originaram diferentes interpretações e significados do conceito de Diplomacia Pública.<sup>45</sup>

Inicialmente, as primeiras definições da Diplomacia Pública estavam associadas ao conceito de estratégias de persuasão e relacionadas com os interesses de um Estado e a gestão da sua imagem, tendo também sido correlacionada com o conceito de conflito e de tensão entre os países. De entre os vários autores que escreveram sobre este conceito, é frequente a citação de Malone, Tuch e Frederick. Estes viam o conceito de Diplomacia Pública como "*(a) direct communication with foreign peoples, with the aim of affecting their thinking and, ultimately that of their governments*", ou "*a government's process of communication with foreign publics in an attempt to bring about understanding for its nation's ideas and ideals, its institutions and culture, as well as its national goals and policies*.", e ainda, "*activities, directed abroad in the fields of information, education, and culture, whose objective is to influence a foreign government, by influencing its citizens*"<sup>46</sup>

Portanto, primeiramente o objectivo seria influenciar o público em geral do "estado-alvo" e desta forma conseguir com que estes influenciassem o seu governo para mudar a sua política interna e externa. Este propósito terá então evoluído com vista a influenciar a opinião pública para criar um ambiente recetivo para os objetivos da política externa e promover os interesses nacionais.<sup>47</sup>

Em Portugal, segundo Philip Fiske de Gouveia e Hester Plumridge, pelo menos até ao ano de 2005, existiam, essencialmente, duas instituições que praticavam a Diplomacia Pública, no âmbito internacional anteriormente referido, e eram estas o Instituto Camões e a RTP Internacional. A primeira concebe-se como uma instituição que tem o propósito de promover a língua e a cultura portuguesa no estrangeiro. O Instituto tem repartições nas ex-colónias portuguesas, na China e no Japão, bem como em alguns países Europeus. Para além de estimular a aprendizagem da língua e da cultura portuguesa, o Instituto Camões também confere bolsas, fornecidas pelo governo, para estudantes que venham para Portugal. Por sua vez, a RTP Internacional é um serviço de divulgação de informação português que almeja principalmente comunidades de expatriados em África, na América do Sul e na Europa, principalmente em locais

---

<sup>45</sup> Szondi, Gyorgy, "Public Diplomacy and Nation Branding: Conceptual Similarities and Differences", Netherlands Institute of International Relations "Clingendael", Outubro 2008, pág 3

<sup>46</sup> Gilboa, Eytan, "Searching for a Theory of Public Diplomacy", The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science 2008, 616, 55, pág 57

<sup>47</sup> Szondi, Gyorgy, "Public Diplomacy and Nation Branding: Conceptual Similarities and Differences", Netherlands Institute of International Relations "Clingendael", pág 7

onde a diáspora portuguesa é grande, sendo estes também pontos geográficos importantes para a política externa portuguesa.<sup>48</sup>

Todavia, como foi referido anteriormente, o conceito de Diplomacia Pública tem vindo a evoluir, originando, consequentemente, diferentes características e enquadramentos. Assim sendo, Szondi expõe que a Diplomacia Pública pode decorrer num contexto interno ou externo, e a sua comunicação pode ser feita de forma unidirecional ou em diálogo.<sup>49</sup>

Apesar de o conceito tradicional da Diplomacia Pública aludir à comunicação por parte dos governos para um público estrangeiro e assim conseguir alterar de certa forma o seu pensamento, este conceito também pode ser utilizado em relação ao público interno. Esta pode ocorrer de duas formas, nomeadamente através da participação dos cidadãos na formulação da política externa, ou apenas através da explicação dos seus objetivos à população.<sup>50</sup>

Desta forma, conclui-se que ambas as instituições, referidas anteriormente, praticam uma Diplomacia Pública num contexto externo ligado aos conceitos generalizados da sua caracterização. Contudo, creio poder considerar-se o Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, como uma instituição, e o Programa de Estágios Curriculares por si criado em 2012, como o seu instrumento, podem constituir-se como uma prática da Diplomacia Pública no contexto interno, uma vez que este programa concede a oportunidade, aos candidatos seleccionados, de aprenderem sobre o funcionamento da diplomacia e sobre a ação externa de Portugal, possibilitando assim a participação, de certa forma, dos cidadãos na política externa portuguesa bem como a aprendizagem dos processos e métodos da mesma. Esta perspetiva terá uma abordagem mais profunda no terceiro capítulo do presente relatório.

Para finalizar, num mundo em contante mudança, hoje em dia, em virtude da globalização e outros acontecimentos que vieram redefinir o sistema internacional, não só os Estados necessitam de representação, como também actores não estatais. A União Europeia traduz-se num desses exemplos. Uma vez que é actualmente considerada um grande actor internacional, esta, necessita igualmente de um corpo diplomático que a represente, pelo que é necessário que os diplomatas dos Estados que a compõem tenham

---

<sup>48</sup> Gouveia, Philip Fiske de, Hester Plumridge, "European Infopolitik: Developing EU Public Diplomacy", November 2005, pág 50

<sup>49</sup> Szondi, Gyorgy, Publica Diplomacy and Nation Branding: Conceptual Similarities and Differences, pág 6

<sup>50</sup> Ibidem.

um conhecimento profundo sobre a União. Sendo o Programa Diplomático Europeu, um tipo de formação para este fim, no terceiro capítulo será feita uma abordagem a esta iniciativa, no contexto de uma das actividades realizadas durante o estágio no Instituto Diplomático no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Ainda, em consequência das alterações no sistema internacional, também os conceitos sofreram alterações originando novos termos. Após se ter explicado a prática da diplomacia tradicional em Portugal, mais concretamente a formação dos seus actores e os objetivos que estes devem seguir, abordou-se a Diplomacia Pública que em vez de assentar no engajamento entre estados, esta dá-se entre o governo e a sociedade. No terceiro capítulo será igualmente abordado um exemplo desta prática tendo em conta uma das actividades realizadas no estágio, o PECMNE.

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Este capítulo é dedicado à descrição da instituição onde decorreram as actividades desenvolvidas no âmbito do estágio realizado, pelo que iniciarei a descrição, numa primeira fase, do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, unidade orgânica do Governo que acolhe o Instituto Diplomático, departamento onde decorreu o estágio.

Naquele que em tempos foi um convento, e posteriormente a residência da família real portuguesa, o Ministério dos Negócios Estrangeiros localiza-se hoje, e desde a década de 20, no Palácio das Necessidades, em Lisboa.<sup>51</sup>

Como se pode deduzir da designação adoptada, a principal função do Ministério dos Negócios Estrangeiros incide na formulação, coordenação e execução da Política Externa Portuguesa, nas mais variadas esferas<sup>52</sup>. Com um corpo de centenas de funcionários e vários departamentos e serviços, diretos ou indiretos, cabe ao Ministério dos Negócios Estrangeiros preparar e executar a política externa, promover a língua e a cultura portuguesa, apoiar a internacionalização da economia de Portugal e elaborar uma política de cooperação e desenvolvimento<sup>53</sup>. Assim sendo, no sentido de tais objetivos serem alcançados, o Ministério possui uma estrutura orgânica onde está

---

<sup>51</sup> Corte-Real, Manuel H., "Breve História do Palácio das Necessidades", Instituto Diplomático, Lisboa 2014, pág 27

<sup>52</sup> A Lei Orgânica do Governo define como competências do Ministério dos Negócios Estrangeiros: a) Preparar e executar a política externa portuguesa, bem como coordenar as intervenções, em matéria de relações internacionais, de outros departamentos, serviços e organismos da Administração Pública; b) Defender e promover os interesses portugueses no estrangeiro; c) Conduzir e coordenar a participação portuguesa no processo de construção europeia; d) Conduzir e coordenar a participação portuguesa no sistema transatlântico de segurança colectiva; e) Assegurar a protecção dos cidadãos portugueses no estrangeiro, bem como apoiar e valorizar as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo; f) Defender e promover a língua e cultura portuguesas no estrangeiro; g) Promover a lusofonia em todos os seus aspectos e valorizar e reforçar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; h) Definir e executar a política de cooperação para o desenvolvimento, especialmente com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor -Leste; i) Coordenar, acompanhar a execução e avaliar a acção desempenhada em matéria de cooperação por outros ministérios, departamentos, serviços e organismos da Administração Pública; j) Conduzir as negociações internacionais e os processos de vinculação internacional do Estado Português, sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades públicas; l) Representar o Estado Português junto de sujeitos de Direito Internacional Público ou de outros entes envolvidos na área das relações internacionais; m) Exercer as atribuições que lhe sejam cometidas relativamente à condução da diplomacia económica. Portal do governo " Diário da República, 1.ª série - N.º 249 — 29 de Dezembro de 2011" Disponível em: [http://www.portugal.gov.pt/media/381570/lo\\_mne.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/381570/lo_mne.pdf), consultado em 1 de Junho de 2017

<sup>53</sup> Ibidem



presente uma administração directa e outra indirecta que trabalham a fim de uma política bem concretizada.

Incorporados na administração directa apresentam-se os seguintes serviços centrais, a Secretaria-Geral, a Direção-Geral de Política Externa (DGPE), a Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE) e a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP), cada um com características e funções específicas para que o Ministério tenda a alcançar os seus objectivos.<sup>54</sup>

Introduzindo esta estrutura pelo serviço que assegura os recursos administrativos e financeiros, a Secretaria-Geral tem como responsável a Secretária-Geral e um Secretário-Geral Adjunto.<sup>55</sup>

Quer assim dizer que cabe à Secretaria-Geral assegurar o funcionamento dos serviços que integram o Ministério. Impende a esta a composição dos orçamentos do Ministério e a sua aplicação, a gestão dos recursos patrimoniais e do arquivo histórico (inclusive a sua preservação), garantir um apoio técnico-jurídico aos serviços, assessorar a negociação de tratados e acordos internacionais, compilar e publicitar os documentos relativos à política externa portuguesa em conformidade com as indicações do Ministro, a formação de funcionários diplomáticos e do restante pessoal da instituição e garantir o normal funcionamento do Ministério.<sup>56</sup> Em síntese, cabe a esta apoiar todos os serviços do Ministério no campo financeiro, patrimonial, de formação, de recursos humanos, jurídico e de protocolo de Estado.

Para que possa implementar tais objectivos, a Secretaria-Geral integra vários serviços que passo a elucidar. São quatro serviços e compõem-se com o Protocolo de Estado, o Departamento Geral da Administração, o Departamento de Assuntos Jurídicos e o Instituto Diplomático<sup>57</sup>. Ao primeiro, orientado por um Chefe de Protocolo, um Sub-Chefe de Protocolo e um Diretor de Serviços, estão incumbidas a preparação e os aspetos logísticos das reuniões internacionais sempre que ocorre uma visita por parte de líderes internacionais. Desta forma, este serviço está encarregue do estabelecimento de um conjunto de procedimentos que devem ser seguidos sempre que se verifiquem cerimónias formais “*de acordo com as práticas internacionais vigentes e as tradições e*

---

<sup>54</sup> Diário da República, 1ª Série - Nº 249 - 29 de Dezembro de 2011, Decreto Lei nº 121/2011 de 29 de Dezembro, Capítulo II, Artigo 4º, Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/media/808733/organica-mne.pdf>, consultado em 7 de Junho de 2017

<sup>55</sup> Diário da República, 1ª Série - Nº 249 - 29 de Dezembro de 2011, Decreto Lei nº 121/2011 de 29 de Dezembro, Capítulo III, Secção I, Artigo 8º, Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/media/808733/organica-mne.pdf>, consultado em 7 de Junho de 2017

<sup>56</sup> Ibidem

<sup>57</sup> Ibidem

*costumes do Estado Português*”<sup>58</sup>, garantir o cumprimento e estabelecer a plena execução das normas e regulamentos, proporcionar as deslocações oficiais planeadas no âmbito das relações entre os Estados soberanos bem como com as Organizações Internacionais. Também o Departamento Geral da Administração é um departamento subordinado da Secretaria-Geral, ao qual compete a gestão dos recursos humanos e a administração financeira e patrimonial dos serviços, que é regulada através da Direcção de Serviços de Recursos Humanos, da Direcção de Serviços de Administração Patrimonial e Expediente, da Direcção de Serviços de Administração Financeira e a Direcção de Planeamento, Orçamento e Controlo Orçamental. Por sua vez, ao Departamento de Assuntos Jurídicos, compete a gestão de matérias jurídicas, estruturar e assegurar a ação de Portugal na negociação de tratados e de acordos internacionais, acompanhar questões internacionais em que o Estado Português seja parte e assegurar traduções de documentos. Este, tal como a Direcção Geral de Administração, e para além de ser dirigido por uma Diretora, dispõe de dois serviços a fim de regular as suas funções, são estes a Direcção de Serviços de Direito Internacional e a Direcção de Serviços de Direito Interno.<sup>59</sup> Um último serviço de que a Secretaria-Geral possui é o Instituto Diplomático que será analisado numa segunda fase deste capítulo, uma vez que se trata da Instituição onde foi realizado o estágio que suporta o presente relatório e, por isso, justifica uma análise mais detalhada.

Remetendo novamente para a estrutura orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros, um outro serviço de administração direta é a Direcção-Geral de Política Externa. Esta garante as matérias político-diplomáticas e económicas bem como de segurança e defesa, executando a política externa portuguesa a nível bilateral e multilateral. Mais especificamente, cabe a este departamento garantir uma coerência e unidade de ação externa do Estado, coordenar interministerialmente as visitas bilaterais em campos do seu domínio, garantir a representação do MNE nas comissões interministeriais e outros organismos nacionais quando os assuntos estão dentro das suas competências, certificar-se de que são elaboradas práticas que garantam a nível nacional a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa, produzir recomendações sobre assuntos político-diplomáticos pertinentes, garantir a participação em organismos internacionais coordenando a participação de

---

<sup>58</sup> "Protocolo de Estado", Disponível em: <https://idi.mne.pt/pt/protocolo-de-estado.html>, consultado em 22 Junho de 2017

<sup>59</sup> "Secretaria-Geral", Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/mne/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/estrutura-organica/secretaria-geral.aspx>, 1 de Junho de 2017

Portugal nas várias organizações internacionais de que faz parte bem como em outros organismos<sup>60</sup>. São exemplos destas a Organização das Nações Unidas, a Organização do Tratado Atlântico Norte, a Organização de Segurança Comum da Europa, o Conselho da Europa, as Comunidades dos Países Oficial Portuguesa, entre outras. Encaixa-se ainda na função deste departamento a organização da candidatura nacional a organizações internacionais e outros organismos, produzir informação de atualização sobre os países de diferentes regiões, assegurar as transmissões de instruções aos serviços periféricos externos, isto é, às embaixadas, missões e representações permanentes e temporárias e postos consulares, de matérias que sejam da sua competência e analisar juntamente com outros ministérios a possibilidade de entrada no espaço aéreo e marítimo português de entidades estrangeiras<sup>61</sup>. Também, para que estes objetivos sejam atingidos a Direção Geral de Política Externa dispõe da Direção de Serviços para os Assuntos Políticos Europeus, a Direção de Serviços para os Assuntos de Segurança e Defesa, a Direção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, a Direção de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, a Direção de Serviços da África Subsariana, a Direção de Serviços do Médio Oriente e Magrebe, a Direção de Serviços das Américas e a Direção de Serviços da Ásia e Oceânia.<sup>62</sup>

Por sua vez, a Direção Geral de Assuntos Europeus, terceiro dos quatro organismos principais da estrutura orgânica do Ministério, orienta a ação portuguesa nas instituições da União Europeia e define a sua posição sobre as suas políticas bem como as relações de Portugal com os outros países estados-membros<sup>63</sup>. Em Portugal, que aderiu à União Europeia em 1986, cabe à Direção Geral de Assuntos Europeus assegurar a posição do país junto do Tribunal de Justiça da União Europeia, coordenar a definição da posição nacional nas mais variadas questões relacionadas com as matérias da União Europeia, contribuir para a política de difusão e comunicação da União Europeia em Portugal e assegurar o acompanhamento das relações bilaterais com os

---

<sup>60</sup> Diário da República, 1ª Série - Nº 249 - 29 de Dezembro de 2011, Decreto Lei nº 121/2011 de 29 de Dezembro, Capítulo III, Secção I, Artigo 9º, Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/media/808733/organica-mne.pdf>, consultado em 7 de Junho de 2017

<sup>61</sup> "Direção-Geral de Política Externa", Disponível em:

<http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/mne/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/estrutura-organica/dgpe.aspx>, consultado em 1 de Junho de 2017

<sup>62</sup> Ibidem

<sup>63</sup> Diário da República, 1ª Série - Nº 249 - 29 de Dezembro de 2011, Decreto Lei nº 121/2011 de 29 de Dezembro, Capítulo III, Secção I, Artigo 11º, Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/media/808733/organica-mne.pdf>, consultado em 7 de Junho de 2017

outros Estados-Membros. Esta direcção conta também com o apoio do Centro de Informação Europeia Jaques Delors a quem cabe transmitir informação aos cidadãos portugueses sobre a União Europeia, desde os seus valores, políticas, instituições e programas.<sup>64</sup>

Por último, mas não menos importante, a Direcção Geral de Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas. Esta tem como função dar apoio às comunidades portuguesas que se encontram a residir no estrangeiro, designadamente em matéria de protecção consular, assegurar a ação consular desenvolvida nos serviços periféricos externos, executar a política de apoio à emigração e comunidades portuguesas. Para tal, dá apoio consular aos cidadãos nacionais residentes no estrangeiro, bem como a cidadãos de outros Estados-Membros, encaminha e controla as actividades dos postos consulares, representa o Ministério em reuniões consulares ou relativas aos portugueses no estrangeiro, executa políticas às comunidades portuguesas e promove a formação profissional de portugueses no estrangeiro<sup>65</sup>. Ainda, não diferente das outras direcções, também a Direcção Geral de Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas se apoia em outros serviços subordinados a si, que a ajudam nesta missão. São estas a Direcção de Serviços de Administração e Protecção Consulares, a Direcção de Serviços de Emigração, a Direcção de Serviços de Vistos e Circulação de Pessoas e a Direcção de Serviços Regional.<sup>66</sup>

Não obstante, ainda dentro da administração interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros temos os serviços periféricos externos que se compõe com as Embaixadas, as missões e representações permanentes e temporárias e os postos consulares.<sup>67</sup>

Todavia, existem ainda organismos que pertencem indirectamente à administração do Ministério e que são importantes para a prossecução dos seus objectivos. Entre as principais encontram-se o Fundo para as Relações Internacionais, o

---

<sup>64</sup> Site do Eurocid, "Quem somos", Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe\\_area?p\\_cot\\_id=7469&p\\_est\\_id=15052](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe_area?p_cot_id=7469&p_est_id=15052), consultado em 1 de Junho de 2017

<sup>65</sup> "Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas" Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/mne/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/estrutura-organica/direcao-geral-dos-assuntos-consulares-e-das-comunidades-portuguesas.aspx>, consultado em 1 de Junho de 2017

<sup>66</sup> Ibidem

<sup>67</sup> Diário da República, 1ª Série - Nº 249 - 29 de Dezembro de 2011, Decreto Lei nº 121/2011 de 29 de Dezembro, Capítulo III, Secção I, Artigo 13º, Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/media/808733/organica-mne.pdf>, consultado em 7 de Junho de 2017

Camões I.P., o Instituto de Investigação Científica Tropical, I.P.,<sup>68</sup> e a Comissão Interministerial de Limites e Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas.<sup>69</sup>

## Instituto Diplomático

O Instituto Diplomático, como foi referido anteriormente, está incorporado na Secretaria-Geral que faz parte da administração directa do Estado no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros<sup>70</sup>. Este foi constituído a 24 de Fevereiro de 1994 e tem como função principal assegurar a formação de alto nível dos funcionários do Ministério, cuidar da Biblioteca e do Arquivo Histórico Diplomático e ainda elaborar estudos de análise estratégica relevantes para a política externa portuguesa.<sup>71</sup>

Todavia, é pertinente referir que a concepção do Instituto Diplomático na actualidade é diferente da formulada inicialmente.

A noção de diplomacia constitui-se como o instrumento da política externa de um país que é desempenhada pelos diplomatas. Desde o século XVII, mais concretamente depois da Paz de Vestfália aquando da apuração da diplomacia como instrumento da política externa dos Estados, salientou-se a conveniência de se desenvolverem as qualidades dos diplomatas, uma vez que, estes como foi dito anteriormente são quem está encarregue da diplomacia. Desta forma, começaram a nascer escolas/institutos diplomáticos, primeiramente em França e na Áustria, e depois no resto da Europa e no resto do mundo que visavam a formação dos diplomatas. Inicialmente eram exigidos certos pré-requisitos e as formações eram instruídas de certa forma mas que se foram desenvolvendo ao longo dos anos em prol das mudanças na cena internacional bem como nas relações entre os países, *"uma antiga arte marcada pelo estilo, protocolo, pelas minudências simbólicas e elegantes das cortesias palacianas, e pelo desenvolvimento de competências específicas em áreas como a*

---

<sup>68</sup> Diário da República, 1ª Série - N.º 249 - 29 de Dezembro de 2011, Decreto-Lei n.º 121/2011 de 29 de Dezembro, Capítulo III, Secção II, Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/media/808733/organica-mne.pdf>, consultado em 7 de Junho de 2017

<sup>69</sup> "Organizações e funções", Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/mne/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/estrutura-organica/organizacoes-e-funcoes.aspx>, consultado em 1 de Junho de 2017

<sup>70</sup> Diário da República, 1ª Série - N.º 249 - 29 de Dezembro de 2011, Decreto-Lei n.º 121/2011 de 29 de Dezembro, Capítulo III, Secção I, Artigo 8º, Disponível em: [http://www.portugal.gov.pt/media/381570/lo\\_mne.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/381570/lo_mne.pdf), consultado em 7 de Junho de 2017

<sup>71</sup> Site do Instituto Diplomático, "Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros - IDI", Disponível em: <https://idi.mne.pt/pt/o-instituto.html>, consultado em 16 de Junho de 2017

*astúcia, a indirectação e a dissimulação*" passou para uma "(...) *intensa dimensão comercial, consular e jurídica (...)*", alterando assim as competências dos diplomatas, "*exigindo uma maior especialização e uma capacidade negocial avolumada.*"<sup>72</sup> Facto, que se pode constatar no primeiro capítulo onde se expõe que há medida que o sistema internacional foi evoluindo e alterando, os assuntos que estes teriam de tratar também se ampliava, colocando novas áreas e assuntos para as competências dos diplomatas.

Em Portugal, só em 1994 foi criado o Instituto Diplomático com o objectivo de, como os restantes institutos congéneres, preparar os diplomatas portugueses para a sua missão. Uma espécie de uma academia de diplomatas, algo equivalente, por exemplo, ao Instituto de Rio Branco, hoje em dia, no Brasil, uma academia que se dedica à seleção e formação de diplomatas bem como à realização de cursos necessários aos diplomatas que pretendem ascender na carreira. Todavia, esta ideia não foi exequível, pois carecia de um corpo docente próprio, como também devido à ocorrência de uma eventual reacção sindical.<sup>73</sup>

Desta forma, o Instituto Diplomático é hoje em dia, regulamentado pelo Decreto Regulamentar nº 10/2012 de 19 de Janeiro nos seus artigos 14º e 15º<sup>74</sup> e ao qual compete, a produção e a divulgação de trabalhos de investigação, estudos e pareceres no âmbito das relações internacionais; planificar e executar cursos, ciclos de estudos, seminários, encontros e estágios; providenciar cursos de formação introdutórios, complementar ou de melhoria não só de funcionários do quadro diplomático mas também dos restantes membros do Ministério dos Negócios Estrangeiros; impulsionar a investigação e o estudo em certos domínios das relações internacionais como a diplomacia e interacção da política interna e internacional, para uma prática de uma política externa portuguesa mais adequada por forma a contribuir para o aperfeiçoamento da estratégia da política externa nacional. Ao Instituto Diplomático compete ainda proporcionar a administração, preservação e um "upgrade" da documentação e da biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros e, por fim, em matéria jurídica, resumir e reunir actos formais de carácter internacional que Portugal integre ou tenha interesse, aplicando o mesmo com as "*decisões dos tribunais superiores portuguesas em matéria de direito internacional e das decisões dos tribunais*

---

<sup>72</sup> Guedes, Armando Marques e Nuno Cana Mendes, "Os Institutos Diplomáticos e a Formação de Diplomatas", Revista Negócios Estrangeiros, Março, 2006, pág 75

<sup>73</sup> Ibidem, pág 67

<sup>74</sup> Site do Instituto Diplomático, Decreto Regulamentar nº 10/2012 de 19 de Janeiro nos seus artigos 14º e 15º, Disponível em: [https://idi.mne.pt/images/docs/decreto\\_regulamentar\\_10\\_2012.pdf](https://idi.mne.pt/images/docs/decreto_regulamentar_10_2012.pdf) consultado em 7 de Julho de 2017

*internacionais cuja jurisdição Portugal tenha aceite ou perante os quais tenha sido parte em estreita cooperação com o DAJ*".<sup>75</sup> Por último, cabe também ao Instituto a função de considerar e manifestar quais os documentos que devem permanecer classificados nos termos da Lei.<sup>76</sup>

Desta forma, na sua orgânica interna, o IDI é dirigido pelo Diretor do Instituto Diplomático, que hoje em dia é o Embaixador Freitas Ferraz, e que tem a função de supervisionar os programas de formação desenvolvidos pelo IDI bem como de outras intervenções levadas a cabo por este último. Tem ainda a função de tutelar a apresentação dos estudos que sejam pedidos ao Instituto e garantir a existência dos meios indispensáveis à concretização dos objetivos do IDI. Por fim, deve manter informado o Secretário-Geral do Ministério, sobre as actividades do Instituto.<sup>77</sup> Para a realização dos objetivos anteriormente referidos o Instituto Diplomático conta na sua direção com um grupo de Apoio que é composto por Técnicos Superiores bem como por funcionários Diplomáticos a quem compete a conceção e realização de diversos níveis de acções de formação para diplomatas portugueses e estrangeiros contemplando com estes últimos Memorandos de Entendimento com congéneres de outros países. Além disso, cabe também ao IDI a realização de formações sobre temas para as áreas de interesse das Relações Internacionais e da Diplomacia, o apoio à organização do Seminário Diplomático, à edição de obras de diplomatas portugueses e do curso de preparação e transição para posto. Desenvolve ainda contactos com entidades externas ao MNE e a organização de conferências internacionais e nacionais com outras entidades. Por fim, cabe ainda a este grupo a administração das ferramentas sociais, isto é, as suas páginas sociais e site na internet, bem como a promoção e acompanhamento de Estágios curriculares e profissionais nos serviços internos e externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.<sup>78</sup>

---

<sup>75</sup> Site do Instituto Diplomático, Decreto regulamentar nº 10/2012 de 19 de Janeiro, Artigo 14º, Alínea g), Disponível em: [https://idi.mne.pt/images/docs/decreto\\_regulamentar\\_10\\_2012.pdf](https://idi.mne.pt/images/docs/decreto_regulamentar_10_2012.pdf), consultado em 7 de Julho de 2017

<sup>76</sup> Site do Instituto Diplomático, Decreto regulamentar nº 10/2012 de 19 de Janeiro, Artigo 14º, Alínea n), Disponível em: [https://idi.mne.pt/images/docs/decreto\\_regulamentar\\_10\\_2012.pdf](https://idi.mne.pt/images/docs/decreto_regulamentar_10_2012.pdf), consultado em 7 de Julho de 2017

<sup>77</sup> Site do Instituto Diplomático, Orgânica do Instituto Diplomático, Decreto regulamentar nº 10/2012 de 19 de Janeiro, Artigo 15º, Disponível em: [https://idi.mne.pt/images/docs/decreto\\_regulamentar\\_10\\_2012.pdf](https://idi.mne.pt/images/docs/decreto_regulamentar_10_2012.pdf), consultado em Junho de 2017

<sup>78</sup> "Mapa de pessoal dos Serviços Internos do Ministério dos Negócios Estrangeiros", Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/4141848/mapa-pessoal-2015.pdf>, pág. 6, consultado em 7 de Julho de 2017

Não obstante, o Instituto Diplomático agrega também a Divisão de Arquivo e Biblioteca que conta com "*um acervo histórico e museológico*" onde permanece um "*coração de uma memória institucional riquíssima*".<sup>79</sup> A esta Divisão estão inerentes a utilização das diligências exigidas pela elaboração e disponibilização do legado documental e "*museológico*"<sup>80</sup> do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a preservação adequadamente catalogada das colecções bibliográficas e documentais ao seu abrigo, onde está incluída a legislação e as premissas executivas referentes aos serviços do Ministério; garantir o atendimento do público investigador, controlar e calendarizar as transferências e admissões documentais; qualificar aquela que é a documentação detentora de um valor permanente para que assim integre o arquivo definitivo e aquela que não pertence a esta categoria deve ser eliminada. Ainda à Biblioteca Diplomática e Arquivo, juntamente com o Instituto Diplomático, cabe gerir a elaboração e divulgação de materiais de apoio às actividades do Instituto.<sup>81</sup>

Por último, no seio do núcleo do IDI está integrado um grupo de Assistência Técnica e o Centro de Formação. Aos primeiros cabe a gestão telefónica, informática e da correspondência, a organização de eventos e reuniões e as respetivas actas bem como a receção de visitas. Por sua vez, ao Centro de Formação, como o nome indica, é a entidade a quem cabe propor a política de formação, seja esta presencial ou à distância, bem como a sua gestão e coordenação geral. Para que as formações sejam concretizadas com êxito, o Centro de Formação conta com um Chefe de Equipa do Projeto, Técnicos Superiores e um assistente operacional.<sup>82</sup>

Finalmente, o Instituto procede ainda a visitas e ações de divulgação junto das universidades, conferências e simulações. Estas iniciativas têm como finalidade informar, os interessados, sobre o funcionamento do Ministério, da diplomacia e do ingresso na carreira diplomática e a ação externa de Portugal, reforçando assim a ideia do IDI como um instituição que pratica a Diplomacia Pública de diversas formas, para além daquela que foi referida anteriormente e que será analisada no capítulo seguinte.

---

<sup>79</sup> Mendes, Armando Marques, "Discurso de tomada de posse como presidente do Instituto Diplomático", Revista Negócios Estrangeiros, 9.2, Março, 2006, pág 17

<sup>80</sup> Ibidem

<sup>81</sup> "Mapa de pessoal dos Serviços Internos do Ministério dos Negócios Estrangeiros", Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/4141848/mapa-pessoal-2015.pdf>, pág. 8, consultado em 7 de Julho de 2017

<sup>82</sup> "Mapa de pessoal dos Serviços Internos do Ministério dos Negócios Estrangeiros", Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/4141848/mapa-pessoal-2015.pdf>, pág. 6, consultado em 7 de Julho de 2017



Em suma, tendo em conta a estrutura orgânica e competências do Instituto Diplomático, durante o decorrer do estágio foi-nos confiada a atribuição de acompanhar e organizar os estágios curriculares que visam dar a oportunidade a jovens estudantes do ensino superior de adquirirem experiência e prática nas suas áreas de formação. Foi-nos ainda conferida a função no auxílio à formação de diplomatas estrangeiros no contexto do Programa Diplomático Europeu. Ambas as actividades serão discutidas no próximo capítulo.

## ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O ESTÁGIO

Como foi mencionado anteriormente, este estágio foi realizado no âmbito da componente não-letiva para a obtenção do grau de Mestre, e teve lugar no Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. O mesmo teve a duração de seis meses, decorrendo no período de 24 de Outubro de 2016 a 24 de Abril de 2017 e decorreu ao abrigo do seguinte plano de estágio: apoio logístico no planeamento e organização de visitas; apoio na redação de comunicações internas e externas, notas, apontamentos, relatórios e informações de serviço do Ministério; Organização e articulação do PECMNE (Programa de Estágios Curriculares do Ministério dos Negócios Estrangeiros), contacto com as Instituições Universitárias; colaboração no processo de preparação dos Cursos de Formação ministrados pelo IDI; organização, procedimentos e apoio à realização de Simulações, Conferências ou Seminários e por último a Sistematização de procedimentos e acompanhamento da sua gestão.<sup>83</sup>

Posto isto, durante o estágio fez-se sobretudo a organização e articulação do PECMNE, e conseqüentemente o contacto com as Instituições Universitárias, e ainda, o apoio ao acompanhamento de três diplomatas estrangeiros no contexto do Programa Diplomático Europeu. Desta forma, de seguida, irá analisar-se ambas as actividades de forma separada.

### **Organização e apoio ao PECMNE**

O PECMNE é um programa de estágios curriculares criado no ano de 2012 pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, mais concretamente pelo Instituto Diplomático. Este, é um programa de estágios não remunerados, que podem ser realizados num máximo de seis meses, no 1º ou 2º semestre e ainda no trimestre de verão. Para realizarem estes estágios, os candidatos têm de estar inseridos obrigatoriamente num programa de estudos universitário e são realizados através da assinatura de um Protocolo que é firmado entre o Ministérios dos Negócios Estrangeiros, a Instituição

---

<sup>83</sup> Ver anexo 1.

Académica e o Aluno.<sup>84</sup> Estes estágios não estão restritos a apenas alunos portugueses ou que estejam inseridos num programa de estudos em universidades portuguesas, pelo que todos os alunos que estejam inscritos numa universidade, que esteja disposta a assinar o Protocolo anteriormente referido e a cumprir o que neste consta, são elegíveis para a realização dos estágios a fim de adquirirem competências no contexto das Relações Internacionais bem como da Política Externa Portuguesa, através de uma oportunidade de realizar actividades tanto nos serviços internos como externos (Embaixadas, Consulados e Missões) do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

No decorrer dos seis meses de estágio realizado, acompanhou-se duas fases distintas deste programa de estágios, nomeadamente o período antecedente às candidaturas e o período subsequente, embora de forma inversa. Quer isto dizer que, o início do estágio coincidiu com o período após as candidaturas para o primeiro semestre do ano lectivo 2016/2017 e a meio do processo de seleção. Nesta fase do processo contactou-se os candidatos seleccionados para os informar e questionar acerca da sua seleção para o posto para o qual se candidataram, caso a resposta fosse afirmativa convinha que fosse enviado o Protocolo referido anteriormente para que o processo fosse formalizado.

Como já foi referido, os estágios são compostos por várias vagas nos serviços internos e externos do Ministério, e os candidatos ao preencherem o formulário de candidatura poderão candidatar-se a inúmeras vagas colocando-as por ordem de preferência, que será tida em conta durante o processo de seleção. Todavia, antes de os protocolos serem assinados, uma vez preenchidos, são enviados para o Instituto Diplomático para verificação dos dados. No decorrer deste processo, também, as Instituições Académicas dos candidatos são contactadas para a validação das inscrições com o intuito de se confirmar a disponibilidade da Instituição para a assinatura do Protocolo, que é imprescindível neste processo.

Numa segunda fase, o estágio coincidiu com o processo de divulgação e o processo das candidaturas. Findo o 1º Semestre, iniciou-se um novo período de candidatura, mais concretamente de 9 de Fevereiro a 2 de Março de 2017, pelo que o Instituto procedeu ao envio das vagas disponíveis para a sua divulgação pelas Instituições Académicas e publicando-as também no seu site e na sua página da rede

---

<sup>84</sup> "Estágios Curriculares no Ministério dos Negócios Estrangeiros", Disponível em: <https://idi.mne.pt/pt/estagcurric.html> , consultado em 7 de Junho de 2017

social<sup>85</sup>No seu site pode ainda encontrar-se as datas do período de candidatura, bem como as condições para quem se quiser candidatar, suplementando com uma secção de perguntas e respostas. Durante este período o Instituto recebeu numerosas candidaturas todos os dias que eram validadas assim que eram recolhidas. Uma vez terminado o período de candidatura, estas foram organizadas, consoante as opções, durante este tempo, e foram enviadas aos respetivos serviços a fim de estes escolherem os candidatos que melhor correspondiam às suas necessidades. Após os candidatos serem selecionados pelos serviços, foram iniciados os contactos com o propósito de se iniciar o processo de formalização do estágio referido anteriormente.

Importa referir que ao mesmo tempo que as candidaturas para este programa se iniciavam, introduzia-se também um outro programa de estágios, igualmente administrado pelo Instituto Diplomático, nomeadamente o Programa de Estágios Remunerados nos Serviços Externos do MNE, mais concretamente o PEPAC-MNE, isto é, o Programa de Estágios Profissionais para os Serviços Periféricos Externos do Ministérios dos Negócios Estrangeiros. Para este segundo programa foram realizadas várias sessões de apresentação dos estágios e do seu processo, terminando com o esclarecimento de dúvidas por parte do público presente, servindo-se também para a explicação de algumas questões sobre o PECMNE. Importa ainda mencionar que o Instituto realiza várias sessões de esclarecimento ao longo do ano acerca deste último, em Instituições Académicas.

Posto isto, e tendo em conta todo o processo dos estágios curriculares, durante a realização do estágio e no âmbito da organização e do apoio ao Programa de Estágios Curriculares do Ministério dos Negócios Estrangeiros, teve-se a função de:

- Replicação aos e-mails e atendimento do telefone para o esclarecimento de questões acerca dos estágios e o processo dos candidatos selecionados;
- Verificação dos protocolos. Uma vez que estes são imprescindíveis para o processo é de notar a importância para que os dados que constam nestes estejam corretos;
- Acompanhamento do processo de assinatura dos Protocolos pelas três entidades e arquivo do exemplar do Ministério;
- Recolha de informação sobre os serviços internos e externos do Ministério para a abertura das vagas, isto é, contacto com os serviços para se compreender quais

---

<sup>85</sup> "Estágios curriculares no Ministério dos Negócios Estrangeiros", disponível em: <https://idi.mne.pt/pt/estagcurric.html>, consultado em 7 de Junho de 2017

os serviços disponíveis para receber estagiários, quantas vagas abririam e quais as funções que os estagiários desempenhariam;

- Elaboração da tabela com as vagas disponíveis, publicação destas e a sua divulgação pelas Instituições Académicas.
- Organização das candidaturas, reencaminhando as mesmas para os respetivos serviços.
- Contacto com os candidatos selecionados e respetivas Instituições Académicas e informação sobre a sua selecção;
- Apoio na redação de comunicações internas e externas, notas, apontamentos, relatórios e informações de serviço do Ministério;
- Elaboração de tabelas e outros documentos de apoio ao programa;

Posto isto, e como foi referido no primeiro capítulo deste relatório, este Programa de estágios pode ser considerado como uma prática da Diplomacia Pública por parte de Portugal. Recapitulando, viu-se, no 1º capítulo, que a Diplomacia Pública é um conceito sem uma definição concreta e que poderá, segundo Szondi, ser utilizada num contexto internacional bem como no doméstico, podendo no contexto desta última ocorrer através da participação dos cidadãos na formulação da política externa ou através da sua explicação aos cidadãos.<sup>86</sup> Quer isto dizer que a prática da Diplomacia Pública tem várias formas de se manifestar. A mais comum diz-nos Melissa Tyler et al, é a prática da comunicação em apenas uma direção, isto é a comunicação por parte de um Ministério dos Negócios Estrangeiros com o seu público através dos media, publicações e outras formas de fornecer informação. Outro modo será através do diálogo e um terceiro por meio de um parceria entre os meios oficiais com indivíduos altamente qualificados e que não estão relacionados com o governo.<sup>87</sup> Desta forma, os mesmos autores, encontram um modelo no qual se crê poder encaixar o Programa de Estágios e que apesar de se manifestar sobretudo na comunicação com o público por parte do Ministério, este apresenta também aspectos dos outros modelos. Referem-se pois a um modelo educacional da prática da Diplomacia Pública que se exhibe na forma de estágios, *tours* locais, cursos, competições entre outros e que se destinam sobretudo a

---

<sup>86</sup> Szondi, Gyorgy, "Public Diplomacy and Nation Branding: Conceptual Similarities and Differences", Netherlands Institute of International Relations "Clingendael", Outubro 2008 pág 7

<sup>87</sup> Tyler, Melissa Conley, Abbas Abbasov, Nina Gibson, Fiona Teo, "Domestic Public Diplomacy: Discussion Paper: International Experience", Australian Institute of International Affairs, Abril 2012, pág 6.

jovens talentos.<sup>88</sup> Sendo o estágio, objeto deste relatório, um exemplar do Programa de Estágios a que tem sido feita referência, pode-se afirmar que o PECMNE vai ao encontro do perfil deste modelo educacional da prática da Diplomacia Pública. Observou-se que, na sua maioria, o perfil dos candidatos recaia sobre alunos com ou em formação em Ciência Política, Relações Internacionais e Direito, áreas competentes de matérias internacionais e relacionadas com os objectivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ao realizarem estes estágios é permitido aos candidatos disporem de uma aprendizagem sobre o serviço para o qual terão sido selecionados, bem como, como esse serviço realiza a sua parte na política externa portuguesa, o que nos remete para o modelo de uma comunicação de "uma direção", e à qual se acresce uma componente prática através das actividades realizadas pelo estagiário, consolidando a sua aprendizagem no ministério com a que foi ganha ao longo do seu período escolar.

## **Apoio no Programa Diplomático Europeu**

Por sua vez, o Programa Diplomático Europeu (PDE ou EDP *European Diplomatic Programme*) é um programa anual, que se desenrola desde o ano 2000, e que reúne jovens diplomatas dos vários Estados-Membros da União Europeia e que visa promover a ideia de uma diplomacia europeia comum. Este foi criado pelo grupo de trabalho do Conselho de Administração e Protocolo (COADM) na década de 90 e foi aprovado pelo Comité Político no dia 26 de Novembro de 1999. Com o Tratado de Amesterdão a União Europeia decidiu aprofundar a sua Política Externa e de Segurança Comum (PESC). Com o objetivo de se conseguir resultados mais eficazes decidiu-se que era necessário criar uma política externa europeia e que uma formação diplomática a nível europeu seria um reforço importante. Desta forma, é criado o Programa Diplomático com três grandes objetivos: Ajudar os diplomatas europeus a criar redes que promovam uma identidade europeia em política externa; Sensibilizar os diplomatas nacionais no que respeita à dimensão especificamente Europeia da diplomacia e, fornecer um ambiente de ensino cujo quadro transcende o estritamente nacional.<sup>89</sup>

---

<sup>88</sup> Tyler, Melissa Conley, Abbas Abbasov, Nina Gibson, Fiona Teo, "Domestic Public Diplomacy: Discussion Paper: International Experience", Australian Institute of International Affairs, Abril 2012, pág 13

<sup>89</sup> Duke, Simon W., "Preparing for European Diplomacy?", JCMS 2002, Volume 40, Number 5, pág 861

O programa era, inicialmente, composto por cinco módulos que expunham temas específicos relacionados com a União Europeia, nomeadamente sobre as suas relações externas, a Política Externa de Segurança Comum, a Política de Defesa e de Segurança Comum, o Diálogo Político, o seu Processo de Decisão, as suas Negociações Internas e também com parceiros não-europeus.<sup>90</sup> Desta forma, pretendia-se com estas formações a transmissão de conhecimentos, desenvolvimento de aptidões diplomáticas e a sensibilização dos participantes para os interesses nacionais e europeus através de casos práticos.

O **Módulo I** decorria, normalmente, de setembro a outubro num dos países que assumisse a Presidência da UE e o seu conteúdo era decido consoante os objectivos do PDE e o tema antecipadamente escolhido. Importa referir que o tema, da nova edição, é previamente escolhido antes do módulo V da edição anterior pelos gestores do programa. No módulo I eram promovidas apresentações sobre o tema principal, vários *workshops* onde eram interpretadas questões peculiares do tema central mas também de vários tópicos pertinentes da União Europeia.

O **Módulo II**, habitualmente, decorria de Outubro a Novembro e era organizado pelo Serviço Europeu de Ação Externa, pelo Conselho e pela Comissão. Tal como o módulo anterior, este, era composto por várias sessões e workshops tendo em conta o tema principal e outros característicos que o compunham.

Por sua vez o **Módulo III** sucedia entre os meses de novembro e março. A sua composição era diferente dos restantes na medida em que cada participante tinha a oportunidade de escolher entre um Estado-Membro da União Europeia, o Serviço de Ação Externa da União Europeia, a Comissão e o Secretariado-Geral do Conselho e planear uma visita com o objetivo principal de aprender o processo de decisão e adoptar a posição, do país ou da instituição escolhida, relativa ao tema principal do programa e posteriormente defender esta no módulo seguinte. Cada Estado-Membro podia acolher entre dois a quatro membros. Importa referir, que era o Estado ou Instituição de acolhimento que delineava o programa que depois era discutido com os participantes tendo em consideração, vários elementos, como por exemplo o tema principal do programa visto de uma perspectiva nacional do país escolhido ou da instituição; os temas sugeridos pelo Estado-Membro; tópicos relevantes relacionados com a União

---

<sup>90</sup> "The European Diplomatic Programme: 11th Edition (2010-2011)", disponível em: [http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/11th\\_edp\\_brochure\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/11th_edp_brochure_en.pdf), pág 3, consultado em 7 de Junho de 2017

Europeia, bem como os temas propostos pelos participantes, conforme as suas atuais e futuras funções.

O módulo seguinte, especificamente o **Módulo IV** estava de certa forma interligado com o anterior uma vez que os diplomatas teriam de representar os interesses do Estado-Membro ou da Instituição que os acolheu, numa simulação de uma negociação a fim de perceberem de que forma são expostas as negociações multilaterais.

O último, o **Módulo V** decorria entre o mês de maio e junho e era integrado por um painel de discussão de Perguntas e Respostas com os participantes onde era debatida a informação reunida nos módulos anteriores. Este decorria num país da Presidência. Neste módulo existe também uma reunião dos Diretores de Formação em que irão discutir e acertar o programa da próxima edição.<sup>91</sup>

Todavia, importa referir que em 2013 esta estrutura sofreu uma alteração. Assim sendo, fundiu-se o módulo II e IV originando uma nova estrutura que consistia apenas em quatro módulos. O módulo I decorre, igualmente, nos dias de hoje, no país da

---

<sup>91</sup> A descrição dos módulos foi baseada na análise dos programas diplomáticos realizados até agora.

"Programme October 2000-2001" Disponível em:

[http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/edp1\\_2000-01\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/edp1_2000-01_en.pdf), consultado em 21 de Outubro de 2017;

"The European Diplomatic Programme: 6th Edition (2005-06)", disponível em:

[http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/edp6\\_2005-06\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/edp6_2005-06_en.pdf), consultado em 21 de Outubro de 2017;

"The European Diplomatic Programme: 7th Edition (2006-07)", disponível em:

[http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/edp7\\_2006-07\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/edp7_2006-07_en.pdf), consultado em 21 de Outubro de 2017;

"The European Diplomatic Programme: 8th Edition (2007-08)", disponível em:

[http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/edp8\\_2007-08\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/edp8_2007-08_en.pdf), consultado em 21 de Outubro de 2017;

"The European Diplomatic Programme: 10th edition (2009-2010)", disponível em:

[http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/10th\\_edp\\_brochure\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/10th_edp_brochure_en.pdf), consultado em 21 de Outubro de 2017;

"The European Diplomatic Programme: 11th edition (2010-2011)", disponível em:

[http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/11th\\_edp\\_brochure\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/11th_edp_brochure_en.pdf), consultado em 21 de Outubro de 2017;

"The European Diplomatic Programme: 12th edition (2011-2012)", disponível em:

[http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/12th\\_edp\\_brochure\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/12th_edp_brochure_en.pdf), consultado em 21 de Outubro de 2017;

"The European Diplomatic Programme: 13th edition (2012-2013)", disponível em:

[http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/13th\\_edp\\_brochure\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/13th_edp_brochure_en.pdf), consultado em 21 de Outubro de 2017;

"European Diplomatic Programme: 14th edition (2013-2014)", disponível em:

[http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/14th\\_october\\_2013\\_may\\_2014\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/14th_october_2013_may_2014_en.pdf), consultado em 21 de Outubro de 2017;

"European Diplomatic Programme: 15th edition (2014-2015)", disponível em:

[http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/15th\\_october\\_2014\\_may\\_june\\_2015\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/15th_october_2014_may_june_2015_en.pdf), consultado em 21 de Outubro de 2017;

"European Diplomatic Programme: 17th edition (2016-2017)", disponível em:

[http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/17th\\_edp\\_brochure\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/17th_edp_brochure_en.pdf), consultado em 21 de Outubro de 2017



presidência da União Europeia, o módulo II num Estado-Membro ou Instituição Europeia, o módulo III em Bruxelas, na Bélgica e o módulo IV, e último, no país da próxima Presidência.

Apesar de Portugal não ter enviado jovens diplomatas todos os anos, sempre recebeu participantes de outros Estados-Membros aquando do atual módulo II, que se mostraram muito interessados na visão portuguesa. Foi no âmbito deste segundo módulo que nos dias 19 e 20 de Janeiro de 2017, o Instituto Diplomático, tal como nos anos anteriores, desde a primeira edição deste programa no ano de 2000, recebeu três participantes, um proveniente da Bélgica, outro da Croácia e um por parte de uma instituição europeia.

Desde o ano de 2013 que o tema geral do programa se enquadra em "Emerging Challenges and Global Issues in Current Diplomacy", isto é, Desafios Emergentes e Questões Globais da Diplomacia Atual, uma vez que a Europa enfrenta muitos desafios num mundo e encara uma rápida mudança. Desta forma, nesta edição, os participantes, no contexto deste tema geral terão tratado de sub-temas como conflito e segurança, sustentabilidade, economia e comércio, complementando-se com temas como a migração, energia, ajuda humanitária e ambiente e alterações climáticas<sup>92</sup>. Assim sendo, por parte de Portugal, os diplomatas recebidos iniciaram a sua visita de um dia e meio com uma sessão acerca da organização do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal bem como uma visão geral do Serviço Diplomático, à qual se seguiu um almoço com alguns jovens diplomatas portugueses e posteriormente uma sessão sobre as "Migrações e a União Europeia: A Perspetiva Portuguesa" que decorreu na Direção-Geral de Assuntos Europeus. Os Diplomatas também tiveram a oportunidade de realizar uma visita guiada ao Palácio das Necessidades, isto é, ao Ministérios dos Negócios Estrangeiros, onde puderam ouvir alguma da sua história pelo qual se mostraram encantados bem como pela peculiaridade da arquitetura do Ministério. No dia seguinte os diplomatas tiveram a oportunidade de visitar a EMSA (European Maritime Safety Agency), ou seja, a Agência Europeia de Segurança Marítima, uma das duas agências europeias com sede em Portugal, na qual puderam realizar uma visita guiada pela agência e assistir a uma sessão sobre a sua estrutura e funções, a sua relação com Portugal, bem como os novos desafios para a segurança marítima e a União Europeia.

---

<sup>92</sup> "European Diplomatic Programme 17th edition 2016/2017"

[http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/17th\\_edp\\_brochure\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/17th_edp_brochure_en.pdf), pág 4 consultado em 17 de Junho de 2017

Finalmente, no decorrer da última sessão, os diplomatas, terão recolhido informação sobre a política portuguesa no que toca à energia e ao ambiente, e as linhas principais da Política Externa Portuguesa.<sup>93</sup>

Posto isto, e tendo em conta o período de acolhimento, durante o decorrer do modulo II do Programa Diplomático Europeu no Instituto Diplomático, teve-se a função de:

- Receber e dar as boas-vinda aos Diplomatas;
- Guiar e acompanhar os Diplomatas a comparecer nas sessões;
- Apoiar os Diplomatas;

Como se viu anteriormente, este programa é uma das primeiras formações adotadas pela União Europeia para instruir e consciencializar os seus funcionários e diplomatas, bem como estes dos Estados-Membros, dos seus interesses, necessidades e preocupações com o objetivo de criar uma diplomacia comum europeia. Apesar de este programa ter uma apreciação positiva por parte dos participantes, este sustenta diferenças que se podem considerar também obstáculos. Estas diferenças provêm sobretudo por parte dos participantes pois como já foi referido num capítulo anterior, cada país tem o seu modo e esquemas de proceder à formação dos seus diplomatas, o que se traduz em práticas limitadas, visões nacionais, prioridades e tradições. Ou seja, como Simon Duke nos diz, factores como o "background", a duração dos seus cursos e o seu destaque bem como a exigência a nível de linguas diferem na formação que cada estado-membro fornece aos seus diplomatas, resultando também em diferentes visões.<sup>94</sup>

---

<sup>93</sup> Ver anexo 2.

<sup>94</sup> Duke, Simon W., JCMS 2002, “Preparing For European Diplomacy?”, Volume 4, number 5, pág 863

## CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

De facto, a Diplomacia tem sido ao longo dos anos reconhecida como uma actividade importante e privilegiada<sup>95</sup>, e a sua evolução tem trazido constantes mudanças no que toca aos seus conteúdos e aos seus atores, nomeadamente a quem pode desempenhar o papel de diplomata.<sup>96</sup> A Diplomacia pode ser considerada uma arte que reproduz a imagem de um Estado na cena internacional e na relação com os outros países. De facto, é muito importante que os seus principais instrumentos, isto é, os diplomatas, estejam aptos e bem preparados para assim representar o seu país. Representando os interesses dos seus Estados, os Diplomatas devem receber uma formação que lhes dê a informação necessária para desempenhar tal tarefa valorosa.

Várias eventualidades podem condicionar essa tarefa uma vez que podem implicar alterações nas políticas dos países e das respetivas políticas externas e que consequentemente trazem exigências no que toca ao domínio de assuntos por parte dos diplomatas como por exemplo durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial e a Grande Depressão como foi referido anteriormente ou, mais recentemente, a crise económica e financeira.

Todavia, as alterações e evoluções não ocorreram apenas com os diplomatas e as exigências com que estes se deparam, mas também na derivação do seu conceito. Enquanto a Diplomacia no seu entendimento tradicional ocorre no engajamento entre os governos, um novo conceito, o de Diplomacia Pública foi elaborado, e que, como se viu anteriormente, ocorre no contexto do engajamento de um estado com a sociedade e que apesar de ser praticada num contexto menor, tem igualmente grande importância. Com certeza, o PECMNE organizado pelo Instituto Diplomático, e que foi usado como um exemplo deste conceito é uma oportunidade para os jovens participarem de certa forma na execução da política externa portuguesa. Torna-se bastante gratificante para a experiência do candidato selecionado, principalmente se pretenderem enveredar por um caminho como a carreira diplomática ou outro relacionado. Para além da informação que se recebe, o estagiário tem a oportunidade de, de forma prática, executar a política externa portuguesa e de perceber em primeira mão como esta funciona.

---

<sup>95</sup> Langhorne, Richard, *Diplomacy & Statecraft*, “Current Developments in Diplomacy: Who are the Diplomats now?”, Routledge Taylor & Francis Group, October, 2007, pág 1

<sup>96</sup> *Ibidem*

Retornando à formação diplomática, crê-se que o Programa Diplomático Europeu seja das formações mais antigas dentro da União Europeia e que seja uma boa forma de conhecer, não só, os interesses, preocupações e estrutura desta de forma aprofundada, mas também dos seus congéneres nos Estados-Membros. Todavia não se sabe até que ponto este será uma forma eficaz para que se alcance o objetivo de se criar uma diplomacia europeia comum.

Em suma, apesar de o Instituto Diplomático realizar um papel activo e positivo de grande esforço para que ambas as actividades sejam bem concretizadas, mesmo quando existem imprevistos, acho que seria uma mais valia se este realizasse mais actividades que se enquadrassem no conceito de Diplomacia Pública, e com isto refiro-me sobretudo a simulações. Estas seriam uma mais valia para aqueles que pretendem construir uma carreira internacional ou mesmo uma carreira que lhes permita representar Portugal internacionalmente. Seriam um exercício no qual os interessados poderiam colocar em prática os seus conhecimentos e perceber de forma efetiva de como as situações se processam.

Finalmente, a concretização deste estágio foi uma oportunidade, concedida pelo Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pela qual estou muito grata, não só pela experiência que me ofertou mas também pela possibilidade de enriquecer os meus conhecimentos e de crescer como pessoa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### **i) Legislação**

Decreto-lei nº 40-A/98 de 27 de fevereiro

Decreto regulamentar nº 10/2012 de 19 de Janeiro

Decreto Lei nº 121/2011 de 29 de Dezembro

### **ii) Bibliografia**

Berger, Cathleen, Marcel Humuza e Sara Janssens, "Training in the EEAS: How to Live Up to the Potentials of the Lisbon Treaty", Working Paper FG 1, 2013/02, July 2013, SWP Berlin

Corte-Real, Manuel H., "Breve História do Palácio das Necessidades", Instituto Diplomático, Lisboa 2014

Duke, Simon W., JCMS 2002, “Preparing For European Diplomacy?”, Volume 4, number 5

Gilboa, Eytan, "Searching for a Theory of Public Diplomacy", The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science 2008

Golan, Guy J. "An integrated Approach to Public Diplomacy"

Gouveia, Philip Fiske de, Hester Plumridge, "European Infopolitik: Developing EU Public Diplomacy", November 2005

Guedes, Armando Marques e Nuno Cana Mendes, “Os Institutos Diplomáticos e a Formação de Diplomatas”, Revista Negócios Estrangeiros, 9.1, Março, 2006

Langhorne, Richard, Diplomacy & Statecraft, “Current Developments in Diplomacy: Who are the Diplomats now?”, Routledge Taylor & Francis Group, October, 2007

Mendes, Armando Marques, "Discurso de tomada de posse como presidente do Instituto Diplomático", Revista Negócios Estrangeiros, 9.2, Março, 2006

Pereira, Manuel Fernandes, "Política Externa Portuguesa e Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia "Revista Negócios Estrangeiros, 9.1, Março, 2006

Sousa, Fernando de, Pedro Mendes, Dicionário das Relações Internacionais, 3ª edição, Porto : Afrontamento, 2014

Szondi, Gyorgy, Publica Diplomacy and Nation Branding: Conceptual Similarities and Differences.

Trunkos, Judit, Institute of Cultural Diplomacy's International Conference, "Changing Diplomacy Demands New Type of Diplomats", University of South Carolina, January, 2011

Tyler, Melissa Conley, Abbas Abbasov, Nina Gibson, Fiona Teo, "Domestic Public Diplomacy: Discussion Paper: International Experience", Australian Institute of International Affairs, Abril 2012

### **iii) Páginas Internet**

"A política externa e de segurança comum" - <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV%3Aa19000>

"Direção-Geral de Política Externa" - <http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/mne/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/estrutura-organica/dgpe.aspx>

"Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas" - <http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/mne/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/estrutura-organica/direcao-geral-dos-assuntos-consulares-e-das-comunidades-portuguesas.aspx>

"Estágios Curriculares no Ministério dos Negócios Estrangeiros" - <https://idi.mne.pt/pt/estagcurric.html>

"Globalization & Internacional Relations" - <http://www.diplomatmagazine.nl/2013/09/28/globalization-international-relations/>

"Globalization, Interdependency and Public Diplomacy" - [http://uscpublicdiplomacy.org/pdin\\_monitor\\_article/globalization-interdependency-and-public-diplomacy](http://uscpublicdiplomacy.org/pdin_monitor_article/globalization-interdependency-and-public-diplomacy)

"Has Globalization changed the Nature of Diplomacy?" - <https://www.vhi.st-edmunds.cam.ac.uk/resources-folder/campbell-2015>

"High Representative/Vice President" - [https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/3598/high-representativevice-president\\_en](https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/3598/high-representativevice-president_en)

"O Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros - IDI" - <https://idi.mne.pt/pt/o-instituto.html>

"Organizações e funções" - <http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/mne/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/estrutura-organica/organizacoes-e-funcoes.aspx>

"Personalidade jurídica da União" - [http://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/union\\_legal\\_personality.html?locale=pt](http://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/union_legal_personality.html?locale=pt)

Portal do Governo "Mapa de Pessoal dos Serviços Internos do Ministério dos Negócios Estrangeiros" - <http://www.portugal.gov.pt/media/4141848/mapa-pessoal-2015.pdf>

"Programme October 2000-2001" - [http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/edp1\\_2000-01\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/edp1_2000-01_en.pdf),

"Programa do XXI Governo Constitucional 2015-2019" - <http://www.portugal.gov.pt/media/18268168/programa-do-xxi-governo.pdf>

"Protocolos com entidades internacionais" - <https://idi.mne.pt/pt/protocolos/protocolos-internacionais.html>

"Protocolo de Estado" - <https://idi.mne.pt/pt/protocolo-de-estado.html>

"Quem somos" - [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe\\_area?p\\_cot\\_id=7469&p\\_est\\_id=1505](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe_area?p_cot_id=7469&p_est_id=1505)

"Secretaria-Geral" - <http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/mne/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/estrutura-organica/secretaria-geral.aspx>

Teixeira, Nuno Severiano " Breve ensaio sobre a política externa portuguesa" - [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992010000400004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992010000400004&lng=pt&nrm=iso)

"The End Game: the consequences of World War II" - <https://civitaspolitics.org/2010/01/06/the-end-game-the-consequences-of-world-war-ii/>

"The European Diplomatic Programme: 6th Edition (2005-06)", [http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/edp6\\_2005-06\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/edp6_2005-06_en.pdf),

"The European Diplomatic Programme: 7th Edition (2006-07)" - [http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/edp7\\_2006-07\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/edp7_2006-07_en.pdf),

"The European Diplomatic Programme: 8th Edition (2007-08)" - [http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/edp8\\_2007-08\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/edp8_2007-08_en.pdf),

"The European Diplomatic Programme: 10th edition (2009-2010)", [http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/10th\\_edp\\_brochure\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/10th_edp_brochure_en.pdf)

"The European Diplomatic Programme: 11th edition (2010-2011)", [http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/11th\\_edp\\_brochure\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/11th_edp_brochure_en.pdf),

"The European Diplomatic Programme: 12th edition (2011-2012)", [http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/12th\\_edp\\_brochure\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/12th_edp_brochure_en.pdf),

"The European Diplomatic Programme: 13th edition (2012-2013)", [http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/13th\\_edp\\_brochure\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/13th_edp_brochure_en.pdf),

" European Diplomatic Programme: 14th edition (2013-2014)", [http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/14th\\_october\\_2013\\_may\\_2014\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/14th_october_2013_may_2014_en.pdf)



" European Diplomatic Programme: 15th edition (2014-2015)" -  
[http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/15th\\_october\\_2014\\_may\\_june\\_2015\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/15th_october_2014_may_june_2015_en.pdf).

" European Diplomatic Programme: 17th edition (2016-2017)" -  
[http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/17th\\_edp\\_brochure\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/archives/docs/jobs/delegations/european-diplomatic-programme/programmes/17th_edp_brochure_en.pdf)

"Vienna Convention on Diplomatic Relations - 1961" -  
[http://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/9\\_1\\_1961.pdf](http://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/9_1_1961.pdf)

"What we do", disponível em: [https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/2725/what-we-do\\_en](https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/2725/what-we-do_en)

"Who we are" - [https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/3601/who-we-are\\_en](https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/3601/who-we-are_en)

# ANEXO 1 - PLANO DE ESTÁGIO



S. R.

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS INSTITUTO DIPLOMÁTICO

Instituto Diplomático (IDI) Vaga I.11/1s/1617	1	<p><b>Ciência Política e Relações Internacionais, Estudos Políticos, Administração Pública e Direito.</b></p> <p>Mestrados, com bons conhecimentos de línguas (Inglês preferencialmente); com ou sem experiência laboral; boas capacidades de organização e adaptação a situações formais; dinâmico; gosto pelo trabalho em equipa.</p>	<p>publicações do IDI</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio e acompanhamento ao estabelecimento de Protocolos Internacionais</li> <li>- Planeamento e organização de eventos/visitas – apoio logístico.</li> <li>- Apoio na redação de comunicações internas e externas, notas, apontamentos, relatórios e informações de serviço do MNE;</li> <li>- Organização e articulação do PECMNE;</li> <li>- Contacto com as Instituições Universitárias;</li> <li>- Colaboração no processo de preparação dos Cursos de Formação ministrados pelo IDI;</li> <li>- Organização, procedimentos e apoio à realização de Simulações, conferências ou seminários;</li> <li>- Sistematização de procedimentos e acompanhamento da sua gestão.</li> </ul>
CF-IDI Centro de Formação-Instituto Diplomático Vaga I.12/1s/1617	3	<b>Administração e Políticas Públicas.</b> Alunos de Licenciatura e Mestrado.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhamento à implementação de projectos no âmbito dos instrumentos gestionários a Administração pública (Formação, SIADAP, Qualidade).</li> <li>- Acompanhamento e apoio dos processos relativos à conceção e realização do plano anual de formação à distância, em geral dirigido a embaixadas e consulados no exterior: cursos realizados em plataforma</li> </ul>
CF-IDI Centro de Formação-Instituto Diplomático Vaga I.13/1s/1617	2	<p><b>Economia; Gestão; Administração Pública; ou outros</b></p> <p>Frequência da fase final do curso, mestrado ou início de doutoramento; facilidade na utilização de informática na ótica do utilizador</p>	

## Anexo 2 - Plano referente ao módulo II do Programa Diplomático Europeu, em Portugal

### EUROPEAN DIPLOMATIC PROGRAM – MODULE II – SCHEDULE



19<sup>th</sup> January

Time	Session
11:00	Meeting at the Portuguese Diplomatic Institute, with <b>Jorge Azevedo Correia</b> at Palácio das Necessidades, Largo do Rilhas, Lisboa.
12:00	“The Organization of the Portuguese Ministry of Foreign Affairs and an Overview of the Portuguese Diplomatic Service”, by <b>Duarte Graça</b> , Office of the Secretary-General.
13:00	Informal Lunch with Young Portuguese Diplomats.
15:00	“Cyber Security, Common Security and Defense Policy”, by <b>Ambassador Luís Barreira de Sousa</b> for Cybersecurity.
16:00	“Migrations and the EU: A Portuguese Perspective”, by <b>Diogo Rocha</b> , Department of Justice and Domestic Issues.
20:00	Dinner

20<sup>th</sup> January

Time	Session
10:00	“Portuguese Policy on Energy and Environment” and “The Main Guidelines of Portuguese Foreign Policy”, by <b>Fernando Demée de Brito</b> , President of the National Authority for the Treaty on General Ban of Nuclear and Chemistry Weapons.
11:00	Visit to the European Maritime Safety Agency and intervention on the topic “EMSA’s Structure and Function, relationship with Portugal and the new challenges in Maritime Safety and the EU” by <b>Andrea Tassoni</b> , EMSA Policy Advisor.
13:00	Lunch
15:00	Meeting with the Director of the Diplomatic Institute, <b>Ambassador José de Freitas Ferraz</b>
16:00	Visit to the Palace and State Protocol with <b>Margarida de Lacerda Aroso</b> , State Protocol.
17:00	Farewell.